

**PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS DE CULTURA:  
O CASO DE SÃO JOÃO DA BARRA/ RJ**

**MIRIAN VIANA ALVES**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO- UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS  
CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ  
JUNHO – 2015

# **PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS DE CULTURA: O CASO DE SÃO JOÃO DA BARRA/ RJ**

**MIRIAN VIANA ALVES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Política Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Simonne Teixeira

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO- UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS  
CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ  
JUNHO – 2015

# **PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS DE CULTURA: O CASO DE SÃO JOÃO DA BARRA/ RJ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Política Sociais.

Aprovado em:

Comissão Examinadora

---

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo (Doutor em Ciências Sociais/UERJ)  
Universidade Federal Fluminense/Campos

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Renata Maldonado da Silva (Doutora em Educação/UFF)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Pedlowski (Doutor Environmental Design and Planning/Virginia Tech, EUA)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Simonne Teixeira (Doutora em Filosofia e Letras – História/UAB, Espanha)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - (Orientadora)

## **AGRADECIMENTO**

As palavras às vezes são insuficientes para expressar nossos sentimentos, e neste caso, me faltam palavras para agradecer, a todos que de alguma forma contribuíram para mais esta conquista em minha jornada. Agradeço a minha mãe Silvia Regina Alves, ao meu irmão Matheus Viana Alves, a minha irmã Adriana Viana Alves e aos amigos Felipe Fraga, Maria Beatriz Lisboa, Fabiano Ribeiro e Zélia Maria Chrispimque sempre me incentivaram e torceram por mim.

A minha segunda mãe, Maria da Gloria Alves e a minha eterna orientadora, não só da academia, mas da vida, Simone Teixeira pela paciência, carinho e atenção. Aos colegas que fiz no decorrer do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, às pessoas, aos funcionários e aos entrevistados que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ pelo apoio financeiro.

A todos, o meu muito obrigado.

## RESUMO

Sendo o patrimônio cultural um campo abrangente, formado a partir de valores e simbolismos que constitui a identidade do homem, o presente trabalho procura refletir sobre a relação existente entre as políticas públicas culturais e o patrimônio cultural. O objetivo é problematizar as ações em favor da preservação do patrimônio cultural a nível local, identificando as intervenções e as políticas públicas adotadas para o fortalecimento da cultura local. Busca igualmente conhecer como se dá a interação entre a população e bens culturais tanto a nível local como estadual e federal. Como pano de fundo para esta discussão, escolheu-se a cidade de São João da Barra localizada na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que vivência um acelerado processo de desenvolvimento com a construção do complexo portuário do Açú. O recorte temporal selecionado estende-se dos anos de 2004 a 2014, momento em que as ações voltadas para o campo da preservação cultural passaram a se destacar no município, tornando mais efetivo e notável os debates preservacionistas do patrimônio cultural. Para a realização desta pesquisa, fez-se necessário inteirar-se dos conceitos de patrimônio, políticas públicas, políticas culturais e preservação cultural, assim como também a elaboração de um mapeamento do patrimônio cultural do município em questão e um levantamento das políticas públicas culturais que incidem sobre os bens culturais existentes. A partir deste ponto, tentamos entender como os “sanjoaneses” veem e se apropriam do patrimônio cultural, e de que maneira a população local assimila o sentimento de pertencimento para com os seus bens culturais.

Palavras Chave: Políticas Culturais, Patrimônio Cultural e São João da Barra.

## **ABSTRACT**

Being the cultural heritage a comprehensive field, formed from values and symbolism which is the identity of the man, this paper seeks to reflect on the relationship between cultural policies and cultural heritage. The intention is to discuss the actions in favor of the preservation of cultural heritage at the local level, identifying interventions and public policies adopted to strengthen the local culture. Search how is the interaction between people and cultural goods both locally and state and federal level. As background for this discussion, we chose the city of São João da Barra located in the Norte Fluminense region of the State of Rio de Janeiro, which experience an accelerated development process with the construction of Port Açu complex. The selected time frame stretches from the years 2004 to 2014, at which time the actions for the cultural preservation of the field began to stand out in the city, making it more effective and notable preservationists discussions of cultural heritage. For this research, it was necessary to take stock of the wealth of concepts, policies, cultural and political cult preservation, as well as the development of a mapping of the cultural heritage of the municipality in question and a survey of cultural policies that focus on existing cultural property. From this point, we try to understand how "sanjoanenses" see and own cultural heritage, and how the local population assimilates the sense of belonging towards their cultural heritage.

**Keywords:** Cultural Policy, Cultural Heritage and São João da Barra.

## SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO.....	09
	1.1 Contextualização	10
	1.2 Estrutura do Trabalho	16
II	CONCEITOS E REFERÊNCIAS.....	18
	2.1 Definição de Patrimônio	19
	2.2 Conceito de Patrimônio Cultural	22
	2.3 O Uso Sociológico do Patrimônio Cultural	24
	2.4 Políticas Culturais e a Preservação do Patrimônio Cultural	27
III	HISTÓRIA E IDEOLOGIA.....	30
	3.1 Patrimônio Cultural no Brasil	31
	3.2 Primeiros passos das Políticas Culturais Brasileiras	34
	3.3 Patrimônio Cultural Estadual do Estado do Rio de Janeiro	43
IV	METODOLOGIA .....	46
	4.1 Área de Estudo	47
	4.2 Procedimentos Metodológicos	51
V	DISCURSO E PRÁTICAS.....	53
	5.1 A Cidade de São João da Barra	54
	4.2 O Patrimônio Cultural de São João da Barra	57
	4.3 Políticas Públicas e Ações Preservacionistas de São João da Barra	76
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
	ANEXOS.....	93
	I Anexos I	94
	II Anexos II	96

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos Questionários Aplicados nos Distritos	52
Tabela 2	Listas das Casas de Câmara e Cadeias Atualmente no Brasil	61
Tabela 3	Sinópticos Bens Inventariados do Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis do Estado do Rio de Janeiro	65
Tabela 4	Bens Culturais Seleccionados para o Questionário	69
Tabela 5	Quantidade dos Bens Culturais conhecidos pela população de São João da Barra	70
Tabela 6	Atividades praticadas pela população de São João da Barra	71
Tabela 7	Você sabe ou já ouviu falar em Patrimônio Cultural	71
Tabela 8	Você conhecer algum Patrimônio Cultural aqui em São João da Barra	71
Tabela 9	Faixa etária dos entrevistados	72
Tabela 10	Escolaridade e dos entrevistados	72
Tabela 11	Tabelas de Bens Culturais Materiais de São João da Barra	74
Tabela 12	Em sua opinião quem deve cuidar dos bens culturais?	77
Tabela 13	Você acha importante cuidar destes bens culturais?	81
Tabela 14	Você está satisfeito com a preservação do patrimônio cultural de São João da Barra?	82

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Bens Tombados no Primeiro ano do SPHAN	39
Figura 2	Bens tombados pelo SPHAN Fase1 – Anos de 1937 a 1967	40
Figura 3	Novo Mapa do Brasil Segundo Tombamento do SPHAN –Anos 1970	41
Figura 4	Mapa de Localização do Município de São João da Barra\RJ	49
Figura 5	Mapa de Localização dos equipamentos culturais do Mapa de Cultura do Estado /RJ	51
Figura 6	Figura 6: Mapa de Localização dos Bens Culturais do Projeto de Inventário do INEPAC em São João da Barra	68
Figura 7	Mapa de Localização dos Bens Culturais da Pesquisa em São João da Barra	76

## ÍNDICE DE FOTOS

Foto 01	Igreja Matriz de São João Batista	09
Foto 02	O Centro Cultural Narcisa Amália	18
Foto 03	Estação das Artes Derly Machado	30
Foto 04	Cine teatro	46
Foto 05	Fórum	52
Foto 06	Casa de Câmara e Cadeia	59
Foto 07	Antiga Casa de Câmara e Cadeia	59
Foto 08	Palácio Cultural Carlos Martins	63
Foto 09	Antigo Grupo Escolar Alberto Torres	63
Foto 10:	Antigo cais do porto no Rio Paraíba do Sul	84

## ÍNDICE DE SIGLAS

DPHAERJ	- Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro.
ICOMOS	- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
INEPAC	- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural Estado do Rio de Janeiro.
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



## I – INTRODUÇÃO



Foto 01: Igreja Matriz de São João Batista – A igreja encontra-se entre os jardins e no centro da praça de mesmo nome. A edificação foi construída no mesmo lugar em que foi erguida a pequena capela de madeira em 1630 em louvor a São João Batista. A igreja foi o ponto de origem do povoado e hoje município de São João da Barra.

## 1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO

A preservação do patrimônio cultural não é um tema novo, mas, atualmente vem ganhando visibilidade dentre os debates das sociedades contemporâneas, principalmente, no que diz respeito às políticas culturais. Embora, os estudos sobre as políticas culturais para a preservação dos bens culturais no Brasil sejam pouco divulgados comparados aos demais países do mundo, conhecer os processos de criação e aplicação de tais ações, ajudam na compreensão dos problemas sociais e nas suas possíveis soluções.

Vale ressaltar, que a preservação do patrimônio cultural, ou as políticas adotadas para tal função, não devem ser atribuídas apenas aos cuidados dos bens materiais. As políticas culturais precisam ir além e como sugere Fonseca (1997), ampliar sua proteção para todo o universo que constitui o patrimônio cultural, seja ele tangível ou intangível e ainda incluir os diversos atores envolvidos neste processo como o Estado e os agentes sociais e políticos que influenciam direta ou indiretamente na cultura. De acordo com Fonseca (1997) tutelar um bem é assegurar sua existência no tempo e no espaço, e proporcionar caminhos que interligue seu uso e sua importância entre o passado e o presente.

O Homem é o elo entre o presente, o passado e o futuro. Seja sob a história, a memória, a cultura ou sob o ambiente onde vive tanto o indivíduo quando o grupo social é parte influenciável e influenciador da sociedade. Desta forma, fica a cargo da população (humanidade) a responsabilidade de transmitir seu legado, para que suas tradições e valores não fiquem estáticos no tempo, repetindo incessantemente experiências já vividas. Porém, para tal situação é fundamental a participação dos governos através da elaboração de programas e inventivos a cultura, ou seja, a criação de políticas culturais.

De acordo com a definição de Geertz (2004);“a cultura é um padrão de significados transmitido historicamente” e os símbolos (objetos) “são meio de comunicação entre os homens”, uma forma de perpetuar e expandir seus conhecimentos (GEERTZ, 2004, p. 82). Ou seja, a cultura tem a finalidade de orientar a sociedade na perpetuação do seu patrimônio cultural, seja por caminhos diferentes ou normativos, mas sem perder suas referências ancestrais.

O patrimônio cultural são símbolos, legados do passado que são vivenciado no presente e transmitido para o futuro (GEERTZ, 2004). Isto é, ele é vivo, dinâmico e adaptável às necessidades culturais, sociais, políticas e históricas do tempo. Porém, cada sociedade pode manifestar sua cultura e seus bens culturais de forma distintas, mas para aproveitar o máximo os benefícios desde conceito algumas entidades internacionais com interesses no assunto organização varias reunião e discussões sobre o tema.

Como fruto deste movimento global, pois tais reuniões aconteceram em todos os continentes do mundo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em 1972 definiu o patrimônio cultural como um conjunto de bens culturais e naturais de um povo, que poder ser entendido como:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os locais de interesse: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO<sup>1</sup> – PARIS, 1972, p.2).

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS tendo como princípios os mesmos valores recomendados pela UNESCO ampliou a definição do patrimônio cultural em 1985. O ICOMOS entendia que o mundo no atual momento, sofria profundas transformações e a cultura alcança novas e importantes definições.

Deste modo, o ICOMOS interpretar que o patrimônio cultural na sua forma mais ampla pode ser considerado como:

O conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos

---

<sup>1</sup> Carta Patrimonial: Carta de Paris do ano 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 03/05/2015

fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (ICOMOS<sup>2</sup> - MÉXICO, 1985, p.1).

A partir da Declaração do México realizado pelo ICOMOS foram incluídas as manifestações imateriais na definição do patrimônio cultural. Tais valores passaram a reconhecer às tradições, as crenças, as experiências de vidas, as relações não materiais da cultura que antes não eram valorizadas.

Estas considerações foram de grande importância para a conceituação do patrimônio histórico e artístico brasileiro na Constituição de 1988, que incorpora e associa os preceitos da UNESCO e do ICOMOS, a noção de patrimônio cultural no Brasil, de uma forma abrangente tentando incorporar os valores materiais imateriais e ambientais.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 institui na Seção II Artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro é formado por,

Bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.35).

Para fortalecer cada vez mais as bases imateriais do patrimônio cultural e para aproveitar mais as influências das esferas social, econômica e política, a UNESCO em 1989 redigiu uma nova Carta de Recomendação de Paris e integrar a tradição oral e os aspectos históricos como parte específica do patrimônio cultural. Desta forma, ficou decidido que, a "salvaguarda das manifestações orais, ou o folclore" também deve ser objeto de preservação dos Estados Nacionais (IPHAN – PARIS de 1989, p. 1). A recomendação sugere que:

---

<sup>2</sup>Cartas patrimoniais: Declaração do México do ano 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 03/05/2015.

Medidas legislativas ou de outra índole que sejam necessárias, de acordo com as práticas constitucionais de cada Estado, assim como também a criação de serviços ou órgãos que tenham competência para tratar dos problemas referentes à salvaguarda da cultura tradicional e popular (UNESCO<sup>3</sup> – PARIS 1989, p. 2).

O presente trabalho tem como objetivo tratar apenas do patrimônio cultural de caráter material, já que este campo constitui como algo bem amplo e complexo. O patrimônio cultural material consolida-se como uma herança que precisa ser conservada não apenas para continuidade das gerações futuras, mas e principalmente para a população vigente como forma de manutenção da vida social, cultural, política e econômica.

Vale ressaltar que o campo do patrimônio cultural é muito vasto, e como forma de pontuar melhor nossa pesquisa, selecionamos a categoria de bens culturais materiais como objeto da pesquisa. A parte material do patrimônio foi uma das primeiras a ser preservado e conseqüentemente as primeiras a conta com as políticas culturais e por essa situação também foi à escolhida.

A pesquisa tem como objetivo principal a identificação dos bens culturais materiais existentes em São João da Barra. Mas, para atingir tal finalidade outros objetivos são necessários como: conhecer as políticas culturais adotadas para a defesa do patrimônio cultural de São João da Barra; quais as leis municipais que assegura a proteção cultural; quais são os incentivos locais para as políticas culturais e qual é o envolvimento do poder federal e do poder estadual na salvaguarda do patrimônio cultural material do município.

O estudo, no entanto, toca num ponto crucial para qualquer trabalho que venha abordar o tema; a seleção dos bens que formam o conjunto patrimonial de uma Nação, de uma comunidade ou de um grupo social. Tais escolhas vão ao encontro dos interesses políticos, econômicos e sociais das sociedades.

Embora exista um padrão cultural único que reger as nações, os governos locais com o tempo adquiriram o poder e a responsabilidade de proteger sua história, sua

---

<sup>3</sup>Carta Patrimonial: Carta de Paris do ano 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 07/05/2015.

origem, mas sem perder o elo com a nacionalidade. Pois, o patrimônio cultural só existe por que há uma cumplicidade entre os poderes e os interesses locais, regionais e nacionais.

A conservação do patrimônio cultural embora diga respeito aos valores históricos, culturais, arquitetônicos, ambientais de uma sociedade, são na verdade ações orientadas por desejos pessoais de pequenos grupos sociais. Isto é, preservar é uma política que tem por objetivo resguardar não apenas os bens culturais, mas o poder simbólico (BOURDIEU, 2003) que mantém as bases políticas e culturais de uma comunidade.

No entanto, o poder político em si, não pode ser entendido como um bem comum para a sociedade, visto que suas ações são limitadas a um grupo e não abrange todos os grupos sociais. Isto é, ele beneficia uma parte específica, e as demais partes são atendidas conforme a conveniência dos beneficiados. Bobbio (2000) ressalta que, o poder político detém a força, a manipulação e os meios de coação, e a cultura é um destes recursos. Porém, ressalta Bosi (1972), falar em cultura não é uma tarefa fácil, visto que, sua definição é muito ampla e complexa. No debate cultural sempre haverá algo a ser acrescentado e discutido, pois o homem é um ser mutável e a cultura acompanha estas mutações.

Então, para se preservar o patrimônio cultural faz-se necessário uma estratégia, um plano que atenda as necessidades mais urgentes, surgindo então as políticas públicas de cultura. Estas políticas não tinham a pretensão de proteger todo o patrimônio cultural, mas de assegurar a permanência, principalmente dos bens materiais na história e na memória das comunidades.

A UNESCO refletindo sobre o assunto, restringe as políticas culturais em atuações estatais, ou em um conjunto de princípios operacionais, administrativas, orçamentárias e de procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural. A instituição reduz tal política em:

Uma ferramenta pública que busca atender as necessidades culturais da população através da soma do uso consciente ou

deliberado dos recursos humanos e dos materiais disponíveis em uma sociedade (UNESCO<sup>4</sup> – CULTURAL POLICY, 1969, p.8).

De acordo com a definição de Coelho (1999), as políticas culturais ou as políticas públicas culturais resumem-se no:

Conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas ações simbólicas (COELHO, 1999 p.293).

Assim, as ações que fundamentam as políticas culturais, podem ser entendidas como práticas que visam à melhoria da produção, da distribuição e do uso da cultura e das suas inúmeras manifestações. A preservação do patrimônio cultural é uma política que responde ao ordenamento do aparelho burocrático, ou da classe que controla o poder.

Isto é, as políticas culturais, a partir desta perspectiva seriam uma ação que fortaleceriam as dinâmicas culturais já existentes. As políticas culturais priorizam a preservação dos símbolos que caracterizam o poder nacional e depois hierarquicamente os demais poderes da população, mantendo assim, por um lado o consenso e a ordem sociocultural, e por outro o controle social da população (COELHO, 1999).

Trazendo a discussão para o Brasil, as primeiras iniciativas das políticas culturais deram-se a partir dos anos 1930 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. O tombamento também executada pela instituição é considerado a primeira política cultural brasileira e até os dias atuais é o ato administrativo mais popular dentre as práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro (FONSECA, 1997).

O tombamento foi um conceito efetivado junto às ações reformistas do Estado Novo durante a primeira fase do período Vargas. Esta política voltava-se para a conservação e proteção dos monumentos arquitetônicos que remetiam à identidade nacional, priorizando as características de uma elite branca e católica (VIEIRA, 2003; FONSECA, 1997).

---

<sup>4</sup> Cultural Policy a Preliminary Study. Paris 1969. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000011/001173eo.pdf>.

Na busca por bens que representassem a cultura brasileira, o tombamento segundo Fonseca (1997) privilegiou as edificações residenciais da população mais abastada, igrejas e capelas católicas e prédios públicos com função administrativas, jurídicas, militares entre outros. Tais construções foram, por muito tempo, consideradas os principais representantes da cultura nacional, mas a partir dos anos 1970, os bens relacionados à diversidade cultural começaram serem valorizados pelo SPHAN, mas a importância dos bens materiais favoreceu a que estes não perdessem valor.

São João da Barra, neste sentido, abriga significativos bens culturais materiais referente não apenas ao patrimônio cultural nacional, mas estadual e local. Porém, os demais bens culturais do município, não são protegidos, apenas dois contam com tombamento do poder federal e do poder estadual, mas nenhum sobre a tutela do município. Mas, nem por isso o patrimônio cultural de São João da Barra está completamente abandonado.

Por isso, por causa de tais condições atípicas, que consideramos importante conhece o patrimônio cultural material de São João da Barra, os critérios de seleção, seus processos, seus valores e significados ajudaram a entender o quadro político cultural do município e aponta melhoria para tal realidade.

## **1.2– ESTRUTURA DO TRABALHO**

Para a realização da presente pesquisa, constituiu-se em primeiro lugar um levantamento bibliográfico a cerca do tema abordado. Como parte da bibliografia recorreu-se a autores que tratam do conceito de patrimônio desde a sua origem até a atualidade: entre eles Choay (2001), Gonçalves (2002), Canclini (2003) e Torrico (2012). Bourdieu (2003) foi empregado para esclarecer o poder simbólico e o significado de campo cultural na sociedade. Teixeira Coelho (1999), Fonseca (1997) Calabre (2007) e Mendonça (1995) ficaram com as questões relacionadas às políticas públicas, tombamento e políticas culturais no Brasil.

Durante a pesquisa fez-se necessário entender o processo de construção das políticas culturais de preservação no Brasil e identificar os órgãos responsáveis pela conservação dos bens culturais e as práticas adotadas por estes. Neste sentido destacou-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Para tanto, fizemos uso ainda de outros autores, como Rubino (1996), Fonseca (1997), Micelli (1987), Peixoto (1990) entre outros.

Com as leituras realizadas passamos à segunda parte do estudo, o levantamento e a organização das informações do objeto de pesquisa, o patrimônio cultural material de São João da Barra. Esta foi à etapa mais trabalhosa, pois há pouquíssimas referências documentais sobre o município. E em sua maioria não correspondiam ao campo da cultura e menos ainda, ao patrimônio cultural.

Desta forma, foi necessário fazer uso dos recursos metodológicos da história oral e de entrevista semi-estruturada. A aplicação de questionários na coleta de dados e comparação das informações levantadas foi de suma importância para nossa reflexão. A partir da análise dos questionários procedemos à sistematização do conhecimento que a população sanjoanense tinha em relação a seu patrimônio e quais eram os fatores que determinavam a preservação do mesmo no município.

Outra etapa da pesquisa foi o levantamento de campo. Para completar essa etapa, foram realizadas visitas ao município, tanto para observar os bens culturais e fazer registro fotográfico, quanto para coletar as informações através das entrevistas e questionários. Tais procedimentos como já mencionados acima, tiveram uma contribuição fundamental para o resultado final do estudo.

Por fim, a conclusão do trabalho deu-se com a organização dos dados adquiridos com o levantamento bibliográfico e com o levantamento de campos. A reunião destas duas práticas ajudou a entender e traçar os passos do patrimônio cultural do município, assim como também as políticas públicas culturais adotadas para salvaguarda tais bens culturais.

## II – CONCEITOS E REFERÊNCIAS



Foto 2: O centro Cultural era antigo mercado municipal de São João da Barra. Localizado às margens do Rio Paraíba do Sul, a construção se desenvolve em torno de uma pequena praça que tem acesso tanto para o rio quanto para a rua e a Praça São João Batista. Atualmente este espaço encontra-se fechado, mas ainda matem as mesmas características do antigo mercado.

## 2.1 – DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO

Neste primeiro capítulo procura-se mostrar, as interfaces do patrimônio e seu uso social. As transformações do conceito, que parte de um sentido restrito ao âmbito familiar, e alcança o status de monumento em contexto público, destacando-se pela importância histórica que consolida a nacionalidade. As transformações e ampliações do termo podem ser reconhecidas a partir da prática cultural, social e política de uma sociedade (FONSECA, 1997).

A origem da noção de patrimônio cultural, ou melhor, da ideia de preservação do mesmo, está estreitamente ligada ao conceito de nação. Ou seja, há um vínculo entre a origem do patrimônio histórico cultural e da nação, e conseqüentemente um compartilhamento de bens, de espaços (territórios), de valores e de sentimentos comuns. Porém, o objeto aqui, não é de fazer um histórico de nenhum dos termos patrimônio ou nação, mas considerar alguns aspectos relevantes para o debate.

O patrimônio, em sua origem está ligado à esfera familiar, econômica e jurídica de uma sociedade. Derivado do latim - *patrimonium* – o termo referia-se a herança familiar, "algo que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos", ou, "a transferência de status baseada na relação existente entre dois membros de um grupo social, entre aquele que transmite e o que recebe" (CHOAY, 2001. p.11).

Nota-se que a transmissão do patrimônio de uma geração para outra, seja relativo a uma família ou a um grupo, era e ainda é de vital importância para a continuidade das sociedades. No entanto, Choay (2001) ressalta que, mais importante que os objetos que davam forma ao patrimônio, são os processos de transmissão que o envolvem. Este movimento é o que garante a ligação do passado com o presente, e assim, o patrimônio torna-se um importante instrumento para a história e a memória, primeiro das famílias e depois dos povos.

Ainda que, hoje, possa-se observar que este vínculo do patrimônio com o passado existe, e seja a razão da ampliação do conceito – que assume um caráter mais antropológico e sociológico – a ideia de algo comum, coletivo, tradicional prevalece (CHOAY, 2001). É esta relação que interessa aqui ressaltar.

Por outro lado, Gonçalves (2002), afirma que o valor de um bem cultural está mais em seu uso cotidiano do que em sua origem. Assim, quanto mais se interage com os bens, mais se institui sentido e importância ao mesmo. Desta forma, o patrimônio pode ser considerado como uma categoria de pensamento, que possui caráter milenar, não apenas por sua materialidade, mas por seu discurso e pela ideologia. Gonçalves (2002) coloca ainda que, embora o patrimônio sempre se apresente como algo material, o discurso que gira entorno da sua designação era, ou ainda é, o que se constitui como herança.

Os objetos consagram os valores simbólicos que representam os desejos, os ideais e os sentidos dos indivíduos ou dos grupos sociais, mas é o discurso que convence e perpetua no tempo. Pois o objeto sem a história, sem tradição é apenas um utensílio com valor comum como todos os outros (GONÇALVES, 2002). O patrimônio em sua composição apresenta tanto aspectos materiais (objetos) quanto imaterial (discurso), pois trabalha a ideia da herança de bens, posse e na tradição familiar, posição social e por isso tornou-se o símbolo entre o mundo das ideias e o mundo palpável. A união entre o legado material e imaterial, onde um não sobrevive sem o outro (CHOAY, 2001).

Choay (2001), afirma que a noção de patrimônio tem uma história, uma trajetória e seu início junto às primeiras civilizações. Quando o homem decidiu assentar-se e constituir casas, famílias, viver em sociedade, ali também começou o desejo de acumular, guardar bens que representava algo não só para a geração vigente, mas para todas as demais gerações posteriores.

Preservar tais bens tornou-se uma maneira de garantir a permanência dos valores, das ideias, dos símbolos de um grupo, de uma família de uma comunidade. O patrimônio é um bem que porta valor (GONÇALVES, 2002). Uma categoria de pensamento, polissêmica que envolve vários sentidos e símbolos assumindo assim inúmeras formas e discursos. O patrimônio é um potente instrumento analítico para entender a vida social e cultural das sociedades contemporâneas, por isso, sua preservação e transmissão ainda nos dias atuais é tão importante.

## **2.2 – CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL**

A sociedade humana ao longo dos séculos de sua existência foi mudando, se modernizando e o patrimônio também. O conceito moderno de patrimônio está ligado à formação do dos Estados-Nação, e como afirma Choay (2001), tais Estados têm uma grande influência sob o que hoje, se entende como patrimônio e sob o que foi preservado como bem coletivo.

Foi no final do século XVIII, principalmente, durante a Revolução Francesa, que a noção do patrimônio como discurso coletivo foi efetivado (CHOAY, 2001). Com as transformações políticas, econômicas e sociais os antigos regimes não mais representavam a população e o discurso coletivo e a retórica da perda foi o que constituiu os Estados-Nação (GONÇALVES, 2002).

Ao ver o vandalismo da Revolução, principalmente na França e na Inglaterra, onde os bens culturais que caracterizavam a história e a tradição do povo sofria uma significativa destruição, o Estado percebeu que não apenas os monumentos, as obras de artes, os prédios que estavam sendo demolidos, mas também a história, a memória, a cultura que formavam os grupos sociais que compunham aquelas sociedades (GONÇALVES, 2007). Foi neste momento, que o Estado-Nação passou a tutelar os bens que constituíam valor para a sociedade, dando impulso ao movimento de preservação, com o objetivo de unir a sociedade e fortalecer do poder do novo governo (GONÇALVES, 2007).

A partir desde momento o patrimônio passa a ser reconhecido não mais como algo individual, referente às famílias ou a pequenos clãs, mas como algo de todos que pertencia à nação. O patrimônio agora é coletivo e recebe a nomenclatura de patrimônio histórico ou como mais conhecido patrimônio cultura (CHOAY, 2001; GONÇALVES, 2007).

No entanto, vale ressaltar que os valores atrelados aos bens tutelados pelo Estado, estavam intimamente ligados aos interesses da elite, na manutenção do poder e da influencia que tal classe social apresentava. Em outras palavras “o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais” (MENEZES, 1999, p.93). Isto é, as coisas não têm valor em si mesmo, mas são os homens e seus discursos que atribuem valores a elas.

Menezes (1999) argumenta que, o patrimônio cultural é definido a partir da identidade e valorização que um determinado bem (objeto) tem para seu grupo social. A definição de valor aos bens culturais, portanto, está ligada à transmissão da história dos valores de cada sociedade. Em resumo, Menezes diz que: “para se compreender o patrimônio cultural, é preciso atentar para as relações existentes entre os 'bens patrimoniais' e a sociedade que os produziu” (MENEZES, 1999, p.94).

Acompanhando o pensamento de Menezes, onde o patrimônio cultural é entendido a partir de interesses, o Canclini (2003), vai afirmar que, só se preservar, ou conceber como patrimônio cultural de um povo bens que ressaltam o poder do governo. Ou seja, o patrimônio cultural sempre estará ligado a quem está no controle, ou no poder.

Canclini (2003) define, neste sentido, que o patrimônio cultural é como um “espaço de disputa”. Onde a solidariedade e o compartilhamento dos bens é uma prática constante entre os indivíduos do grupo. Mas os objetos tem sentido e valores diferentes dentro deste universo que hora uni e hora afasta tais membros. Para Canclini (2003), os bens culturais não são uma construção coletiva, mas sim, uma reprodução coletiva, onde a sociedade toma como seu algo que pouco ou nada o representam, mas que apresentavam importantes traços da sua realidade ou, como Gonçalves (2005) assinalou, possuíam os principais fatos oficiais que constitui a vida dos homens.

De tal modo, Canclini (2003) conclui dizendo que,

Si tenemos en cuenta el patrimonio de los usos de los estudios de la reproducción cultural y la desigualdad social, vemos que los productos ensamblados en la historia de cada sociedad en realidad no pertenecen a todos, incluso si aparecen formalmente ser cada uno y están disponibles para todo el mundo para usarlos (CANCLINI, 2003, p.194).

Desta forma, o processo que transforma um bem comum em um bem cultural contribui para a sobrevivência das culturas e conseqüentemente do patrimônio cultural, mas este procedimento privilegia certos grupos sociais e não toda a comunidade. O interesse é preservar e legitimar bens que permitam a manutenção do poder já existente.

A preservação dos bens culturais está, em geral, ligada a narrativas que revigore o Estado Nacional e que crie nos indivíduos um sentimento de pertencimento, onde o

maior interesse não é o bem-esta do povo, mas o do Estado e seus governantes (CANCLINI, 2003).

De acordo com Torrico (2012), tal situação pode-se se entendida como uma dominação. Mas esta dominação só acontece por que os próprios atores sociais permitem. Torrico vê o ator social como o responsável pela legitimação ou não do seu patrimônio cultural. Isto é, os bens culturais são resultados de um processo complexo onde o ator social é o elemento fundamental, pois sem ele a acumulação e transmissão dos bens culturais não existiriam.

Torrico (2012) considera ainda que, o patrimônio cultural diz respeito às referências que formam uma comunidade, sejam elas culturais, políticas, sociais, econômicas ou religiosas. Visto deste modo, os bens culturais abrangem uma diversidade de testemunhos que contam a trajetória dos povos, refletindo em cada um dos grupos sociais sua importância e sua memória, que ao final, resume-se na construção das manifestações coletivas da sociedade. Neste sentido, Torrico salienta que,

El patrimonio se revela como un discurso abierto, y así es pasivo a cambiar. (...) El activo es la reunión de indicadores cultural es debe conocer, valorar y preservar por su importancia en la composición de un colectivo, y, en última instancia, de la propia humanidad en su diversidad cultural (TORRICO 2012, p.21).

O patrimônio cultural segue o andar da história, apropriando-se das necessidades humanas, dos desejos, das práticas e dos interesses impostos no jogo social. Ele estruturalmente articula-se pelo anseio da permanência na melhor posição. Desta maneira, quem tem o melhor discurso, a melhor referência, mantém-se preservado seus bens culturais e sua tradição.

No contexto do patrimônio cultural, os conceitos de monumento histórico, de memória e de identidade nacional, fazem parte do discurso usado para moldar o espaço social. Estas categorias estão ligadas à construção da noção de nação, que precisava de instrumentos que criassem nos indivíduos, o sentimento de pertencimento e de coletividade, elemento comum em mundo maior do que ele. Os autores citados acima, afirmam que o patrimônio cultural é uma narrativa sobre determinados ponto de vista (TORRICO, 2012; CHOAY, 2001; CANCLINI, 2003).

### 2.3 – O USO SOCIOLÓGICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Considerando o exposto acima, entende-se que o patrimônio cultural, enquanto categoria de pensamento possibilitou a criação de um conceito “nômade<sup>5</sup>”, com inúmeras e distintas formas de compreensão, interpretação e acumulação dos bens culturais. Mas também um espaço de forças opostas, onde o poder e o controle são os principais objetivos a serem conquistados.

Bourdieu (2003) argumenta que para se entender este campo de força é preciso considerar a cultura com um campo. Segundo a teoria bourdiana, um campo pode ser entendido como um espaço de posições, onde atores sociais estão em constante disputa. O campo também pode ser considerado uma rede ou uma configuração de relações entre arranjos de poder, ou ainda um ambiente social onde se desenvolvem todos os tipos de disputas e de negociações sociais que regularizam um povo.

Para Bourdieu (2003), um campo é concebido, numa atmosfera socialmente construída onde os atores sociais compartilham interesses em comum, disputam um prêmio específico, mas não dispõem dos mesmos recursos e competências. Emerge desta situação, uma relação de dominação com dominantes e dominados. Em suma, o campo é um estado da relação de força entre os atores, onde existem aqueles que possuem o acúmulo de poder para se intervir no meio conservando sua posição e aqueles que buscam trocar de posição conquistando, em fim, a recompensa (BOURDIEU, 2003).

Nesta linha de argumentação, Bourdieu infere que o “campo patrimonial”<sup>6</sup> corresponde a uma legitimação. Uma assimilação de valores e sentidos, que tem em sua composição um sistema simbólico que produz códigos e que torna dinâmico o campo. Ou seja, “todo ato de produção cultural implica na afirmação de pretensão a

---

<sup>5</sup>Nômade é um vocábulo que indica algo, ou alguém que não tem uma habitação fixa, o que é vago, volante, que vive permanentemente mudando. Termo usado para os povos do tipo caçadores, coletores e/ou pastores, nômade, é a prática que este grupo usa para buscar novas fontes de alimentos, água e pastagens. Quando o espaço se esgota ou torna-se pequeno, os nômades mudam em busca de melhores e novas condições. Associando o termo, nômades ao conceito de patrimônio cultural Choay (2001) chama atenção para a capacidade que o patrimônio tem de ampliar-se sem se perder. Embora não tenha uma definição fixa e determinada, vive numa constante mudança. O patrimônio tem uma história contínua e clara, assim como os povos nômades. Ou seja, mudança não é sinal de perda, mas de renovação, e para haver renovação é preciso antes uma nova experiência.

<sup>6</sup> Neste trabalho utilizamos a expressão “campo patrimonial” para nos referir ao “patrimônio cultural” como campo de produção, reprodução e manipulação de uma verdade.

legitimidade cultural” (BOURDIEU, 2005 p. 108). A legitimação da cultura antecede do discurso nacional, que por sua vez adicionou valor simbólico nas obras, nas práticas, nos produtos culturais ao registrar e protegê-los como herança cultural coletiva.

Deste modo, quando se fala em seleção dos bens do patrimônio cultural, admite-se um espaço de dominação, onde as relações são desiguais, do ponto de vista político e, notoriamente histórico (BOURDIEU, 2005). Neste espaço, o campo patrimonial torna-se uma arena, em que os atores sociais disputam entre si a legitimidade do seu poder. Porém, existem aqueles que detêm o monopólio da luta, pela violência propriamente dita ou pela violência simbólica, que constrói, reproduz e manipula a verdade e a impõe a seu favor. Desta forma, Bourdieu afirma que:

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. (BOURDIEU, 2003, p. 179).

Neste sentido, o conceito de campo apresenta-se como um sistema lógico e organizado onde as posições se definem conforme as relações de poder existentes. Este pensamento também permite uma melhor compreensão em relação ao papel e a importância de poder sobre a formação, a complementação e a continuidade das sociedades.

O patrimônio cultural, mas uma vez, pode ser entendido como algo subjetivo, com apreensões e percepções imbuídas de juízos e de valores nada naturais. Bourdieu ressaltou, neste sentido, que “a classe (ou o povo, ou a nação, ou qualquer outra realidade social de outro modo inapreensível) existe se existirem pessoas que possam dizer que elas existem” (Bourdieu, 2005, p. 168). O patrimônio cultural existe pelas mesmas condições, por que os indivíduos atribuem valores a eles e transmite esses valores de geração a geração.

O campo do patrimônio cultural é o espaço onde há a formulação da institucionalização e a legitimação da cultura ou dos bens culturais. Sempre associado aos aportes oficiais, o jogo que se joga neste campo está além do que se evidencia em suas políticas legais. Em suas entrelinhas, encontra-se um poder dominador e

hierárquico que poucos conhecem ou conseguem ver. Desta forma, é preciso entender que o conceito de patrimônio cultural foi se consolidando entre os espaços de poder dos povos, primeiro na esfera familiar, depois nos grupos, nos clãs, nas aldeias, nos reinos e por últimos nas nações. O patrimônio cultural tradicionalmente contribuiu para a legitimidade do poder dentre os atores sociais que compõem as sociedades (BOURDIEU, 2005; CANCLINI, 2003; CHOAY, 2001).

Portanto, o agente social não é tido como mero “sujeito<sup>7</sup>” do reflexo ou da consequência mecânica das coerções sociais, mas sim um indivíduo com posições, formação, conhecimento e criatividade adquiridos com o tempo. Assim, embora existam dominantes e dominados, acordos são feitos, significados são trocados, negociações são realizadas em prol da própria manutenção e sobrevivência do campo patrimonial. Bourdieu alega que essa opinião dominante entende a memória como a fundação da nacionalidade e, embora seja preceito constitucional, mas de modo ainda tímido, aponta para outro sentido: a memória como um direito reservado ao cidadão, ao poder fruir os bens preservados, tanto os que se revestem de um valor de excepcionalidade quanto os que representam a cultura e os modos de vida de diferentes grupos sociais (Bourdieu, 2005).

O ator social é responsável por legitimar ou não o seu patrimônio cultural. Embora nascido em uma realidade de conflito, o campo (o patrimônio cultural) surge com a função de autenticar e/ou estimular um modelo de ação, seja ela individual ou coletiva. Ou seja, os bens culturais são resultados de um processo complexo onde o ator social é fundamental, pois sem o mesmo a acumulação dos bens culturais não existiria. Assim, dentro das disputas vividas por todos os grupos sociais, alguns sentidos são particularizados, mas outros são compartilhados consistindo em uma construção social, onde os princípios baseiam-se em um conjunto de valores coletivos, comuns a todos os membros, porém não pertencentes a todos.

---

<sup>7</sup>Com ênfase do autor, Bourdieu (2003) coloca o sujeito e indivíduo em posições distintas. Onde o indivíduo não pode jamais ser definido apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior, “média” ou inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. A posição da trajetória de um indivíduo contém sempre o sentido do fluxo social. Já o sujeito traz em seu histórico a submissão, a falta de posição. Sempre está sujeito a alguma coisa subordinado a alguém.

Ao ampliar o conceito o patrimônio cultural, se estabelecem relações precisas e coerentes equivalências entre todos os grupos sociais que compõem a sociedade, permitindo ainda, lidar ao mesmo tempo com as estruturas materiais e as sociais da sociedade. Percebe-se que o modo como funcionam as interseções e os antagonismos relativos ao patrimônio cultural permitem, sobretudo, identificar novos âmbitos e processos que adquirem cada vez mais importância para os bens culturais da sociedade.

Numa perspectiva contemporânea, a miscigenação, as formas mescladas das culturas, os jogos com que são construídas as relações, enfim os processos de negociação dos sentidos, nos fluxos incessantes entre o passado e o presente. O campo apresenta um hibridismo cultural que sempre esteve na contingência dos processos de dominação, favorecendo a compreensão de procedimentos que, sob outra perspectiva, poderiam ser confundidos com “aculturação” ou simplesmente apatia ou conformismo social (CANCLINI, 2003; BOURDIEU, 2005).

## **2.4 – POLÍTICAS CULTURAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

A preservação do patrimônio cultural tem por objetivo conservar as referências da vida e do cotidiano de uma sociedade (FONSECA; 1997). Além dos valores materiais e simbólicos contidos nos bens, as histórias que os envolvem também são alvos importantes na política de preservação. Para Fonseca (1997), as políticas públicas adotadas para preservar o bem cultural precisam ir mais adiante da conservação dos bens em si, mas incluir o contexto sócio-espacial onde o patrimônio cultural está inserido. Para Fonseca, a política de preservação deve incluir todo o ambiente que constitui o patrimônio cultural, levando em conta os critérios sociais, políticos, culturais, econômicos que foram e que justificam a proteção dos bens culturais. Assim, a autora ressalta que:

Uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. (...) os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os

atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade (FONSECA, 1997, p. 36).

Neste sentido, as políticas públicas culturais de preservação têm um único objetivo; proteger a memória dos diferentes grupos sociais que compõem uma sociedade, através da conservação de seu patrimônio cultural. Desta forma, a política de preservação, segundo Fonseca (1997), se configurava como uma estratégia política, uma maneira que o Estado encontrou para assegurar a salvaguarda do seu domínio.

Por outro lado, Canclini (1999) destaca que as transformações vividas pelas sociedades contemporâneas exigiram que os Estados Nacionais mudassem a forma de atuar em relação à preservação do patrimônio cultural. Canclini argumenta que uma maior participação do Estado junto aos bens culturais, pois as tecnologias e a globalização tem dominado o espaço cultural, diminuindo assim cada vez mais, a relação da população com a sua cultura. Para Canclini (1999), na modernidade, com o desenvolvimento rápido e avançado da sociedade, emerge uma espécie de “cultura a domicílio”, em que os indivíduos, buscam cada vez mais, adquirir bens que os fizessem sentir-se parte do mundo globalizado e atual, distanciando-se assim dos seus respectivos Estado-Nação. Na tentativa de corrigir esta situação, o Estado vê-se obrigado a organizar uma política que abranja outros aspectos do patrimônio cultural.

As políticas culturais inseridas no contexto administrativo do Estado passaram a assistir as necessidades mais urgentes do campo da cultura, somando-se às práticas de preservação e conservação do patrimônio cultural de uma nação (CANCLINI, 1999; FONSECA 1997).

As políticas culturais ou, como prefere Coelho (1999), políticas culturais são a maneira de se promover um melhor o acesso à produção, à divulgação e ao uso do patrimônio cultural. Ou seja, a preservação do patrimônio cultural e seu ordenamento é uma responsabilidade do Estado, mas as políticas culturais funcionariam como táticas especiais desta obrigação.

Neste sentido, a preservação do patrimônio cultural pode ser entendida como uma medida de ordem administrativa e técnica, que visa proteger e promover os bens culturais, e mais especificamente os bens ligados ao Estado. Na opinião de Coelho

(1999), a preservação do patrimônio cultural de uma nação é uma política que proporciona uma maior aproximação da população com os bens culturais selecionados como coletivos, mas também, é uma forma de fortalecer a identidade nacional tornando, o indivíduo tão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural quando o Estado.

Coelho argumenta ainda que, a política cultural é adotada segundo as necessidades vindas com a urbanização. Visando proteger o patrimônio cultural e principalmente os bens edificados da destruição, em razão do acelerado processo de urbanização das cidades, as políticas culturais vão buscar nas diretrizes técnicas sua valorização. No entanto, este processo desenvolveu novas problemáticas entorno da preservação do patrimônio cultural.

Além disso, Brant (2003), em conformidade com o pensamento de Coelho (1999), afirma que as políticas públicas também podem ser observadas como o conjunto de ações, onde o princípio político e doutrinário orienta o aperfeiçoamento da população. E mais, as políticas são desenvolvidas pelo Estado não apenas para melhor difusão dos direitos dos cidadãos, mas acima de tudo, para favorecer a reprodução de ideologias que garantem a soberania e o domínio do poder (BRANT, 2003).

Para Brant (2003), o patrimônio cultural associado às políticas públicas beneficia diretamente o fortalecimento do Estado, pois, a preservação do patrimônio cultural ativa a memória e a identidade da nação, e com isso, passa a ser uma das ações públicas mais discutidas pelas sociedades, principalmente na contemporaneidade. Brant (2003) salienta ainda que, embora para muitos, o vínculo dos bens culturais, pareça estar atualmente enfraquecido, em função da ampliação do seu conceito e da globalização, o patrimônio cultural ainda mantém uma íntima relação com a figura do Estado, com o território, com as tradições e isto faz prevalecer os valores e o sentidos que os bens representam. Como fruto de um relacionamento que foi muito bem estruturado, a preservação do patrimônio cultural continua sempre presente e renovando-se de geração em geração.

### III – HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO



Foto 3: O prédio abrigou a primeira estação ferroviária do município, construída em 1910. Nesta época os trilhos foram à única forma de transporte de São João da Barra. A construção também abrigou a Delegacia de Polícia e o DPO da cidade. Hoje tornou-se espaço de fomento ao artesanato da cidade chamando-se de Estação das Artes Derly Machado.

### 3.1 –PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

O discurso usado para justificar a origem do patrimônio vem da necessidade do homem acumular bens (CHOAY, 2001). Porém, o patrimônio destes seus primórdios, atua com um instrumento de reforço para a identidade dos indivíduos. Na modernidade esta função tornou-se coletiva e passou a sustentar a formação dos cidadãos (FONSECA, 1997). No entanto, o discurso é simples, mas na prática, as coisas são diferentes viabilizando a criação de mecanismos que possam estreitar a relação entre o patrimônio cultural e a sociedade.

Desta forma, o patrimônio cultural material através da sua materialidade apresentado por seus objetos intensifica esta relação. Estes utensílios cotidianos, obras de artes, prédios antigos, tornaram-se os instrumentos mais eficazes dentre a conceituação dos bens culturais que preservação ser preservado pela sociedade (FONSECA, 1997).

No caso do Brasil, a relação, patrimônio – sociedade exigiu muito mais, pois a diversidade das matrizes culturais existente no país foi, ou ainda é uma dificuldade a mais na proximidade da triagem cultura - grupo social - nacionalidade (FONSECA, 1996). Mas, segundo Chauí (2006), o conceito de patrimônio cultural adotado pelo governo brasileiro na época da formação dos bens culturais nacionais estava vinculado à necessidade de ser propagar o Estado-Nação, cria a ideia de nacionalidade e da soberania tanto da política quando do território nacional unificado.

Neste sentido, o patrimônio cultural brasileiro foi forjado não apenas para preservar a cultura do país, mas estava, sobretudo, voltada para o fortalecimento do Estado Nacional. A ideia ao constituir os bens culturais nacionais era equipara a população brasileira ignorando todas as diferenças sociais, econômicas, políticas, culturais existentes (FONSECA, 1997; VIEIRA, 2003).

Calabre (2007) ressalta que o patrimônio cultural do Brasil foi formado durante um golpe de Estado, ou seja, a necessidade de unificar e fortalecer as bases políticas do país era muito forte. Para as políticas públicas brasileiras, o primeiro mandato de Getúlio Vargas (1930-1945) foi muito importante, pois, foi durante este período que várias secretarias foram criadas e implementada as primeiras políticas públicas em

diversas áreas do Brasil. Podemos mencionar, como exemplo, os Ministérios do Trabalho e da Educação<sup>8</sup>, em que as políticas públicas concentravam-se no fortalecimento da nacionalidade e no maior controle social da sociedade.

Os intelectuais modernistas tiveram uma participação essencial no processo de formação do patrimônio cultural nacional, pois, alguns deles compunham a diretoria do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, alcançando grande influência junto ao governo (CALABRE 2007). Embora sob uma ditadura, o SPHAN desenvolveu ações de conservação do patrimônio cultural iam além dos seus interesses particulares e privilegiavam também a salvaguarda das cidades históricas do Brasil, a arquitetura colonial, os monumentos nacionais.

A ação de se tornar um bem cultural é uma das diferentes formas de se preservar o patrimônio cultural e aquela que nos interessa, para fins desta memória de pesquisa. O tombamento consta atualmente na Constituição Federal brasileira como ação essencial à preservação do patrimônio cultural,

“O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA BRASILEIRA, 1988).

Com a figura do tombamento, o Estado toma para si o compromisso de garantir o acesso aos bens culturais que representam a nação, mas observa que esta tarefa só será possível, se a própria população ajudar nesta árdua tarefa. Com esse movimento o indivíduo se compromete a manter a cultura oficial, e a preservação se apresenta como um pacto social (FONSECA, 1997).

O tombamento de uma maneira tornou-se uma ação fundamental para a proteção do patrimônio cultural de base material brasileiro. Embora estas políticas nos primeiros anos de atividade do SPHAN, excluíssem grande parte das manifestações da cultura popular e o patrimônio imaterial<sup>9</sup>, prevaleceu o culto às obras eruditas entre outros,

---

<sup>8</sup> Além da preocupação com a institucionalização com a instrução pública, o Ministério da Educação trouxe consigo uma forte preocupação com a Cultura, expressando a necessidade de se criar uma política de Estado para o setor.

<sup>9</sup> Não totalmente, pois neste período, o samba e o carnaval, passam a ser vistos como símbolos nacionais, saindo da condição de marginalidade até então imposta pela cultura erudita (CALABRE 2007).

consolidando as ações de preservação no país, dando-lhe importantes destaques e eternizando dentro a história social da nação (CALABRE 2007). Os bens tombados nas primeiras décadas de atuação do SPHAN são até os dias de hoje, amplamente reconhecidos como parte do patrimônio cultural nacional, expressando a penetração e o enraizamento destas ações.

Para Mendonça (1995), o patrimônio cultural e toda a problemática em torno de sua preservação não ocorrem como um ato isolado, mas, como parte de um conjunto de medidas voltado para introduzir a legitimação e a sistematização do Estado na vida política e cultural da sociedade. Assim, para a autora a preservação do patrimônio cultural é uma tática usada para organizar as classes sociais, tendo se tornado parte inseparável do poder estatal.

Olhando de uma forma geral, Mendonça vê o tombamento como um serviço para assistir ao indivíduo no campo da cultura, fazendo com que o mesmo tenha um melhor acesso aos direitos básicos do cidadão. Porém, levando em conta que os bens protegidos sempre representam mais o Estado ou a elite do que a realidade da maioria da população pode-se perceber que as políticas públicas aplicadas deste modo, reforçam o domínio simbólico do poder sobre as classes sociais, ou a dominação de um grupo sobre o outro. Bourdieu (2005) ao definir o campo da cultura, afirmava que este tipo de poder, se mostrava diferente do poder político, pois o poder simbólico é,

Um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2005, p.7-8).

O tombamento implica não apenas em preservar o patrimônio cultural, mas a ideologia que está por trás desta prática. Quando se tomba um determinado bem, cria-se uma áurea, uma restrição sobre o bem protegido, e suas características são eternizadas exatamente como são, e nada pode ser modificado, e deste modo se conserva a estrutura e o simbolismo.

As políticas culturais favorecem a construção do poder simbólico através dos bens preservados. Os tombamentos criaram a nacionalidade brasileira. Mesmo que esta

identidade seja forjada sobre uma ótica branca, católica e aristocrata sob forte influências de uma ditadura, foi o patrimônio cultural que hoje representa o país.

A complexidade dos anos 1970, principalmente com a ampliação do conceito de patrimônio cultural e as demandas para a preservação, levou o governo federal, ante o único provedor da cultura, a delegar tarefa e poderes para os governantes estaduais e municipais.

O Estado tinha como incumbência desenvolver políticas culturais mais regionais, destinadas à preservação daqueles bens culturais que escapam aos interesses da nação. Este movimento dá origem aos órgãos de preservação em nível estadual e posteriormente aos municipais. O campo do patrimônio se alarga e as disputas pela memória e pela identidade passam a se articular nas três esferas do poder. No entanto, acredito que este tipo de participação, dá continuidade às formas de dominação e a soberania do poder do nacional em todos os espaços do território nacional.

### **3.2 – PRIMEIROS PASSOS DAS POLÍTICAS CULTUAIS BRASILEIRAS**

As primeiras iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio cultural no Brasil tiveram início a partir da segunda década do século XX (SANTOS, 2012). Vinculadas aos padrões Europeus, as políticas cogitavam a salvaguarda de uma memória oficial, ou mesmo a criação da mesma, para então, elaborar uma identidade nacional favorável aos interesses do Estado. As práticas preservacionistas privilegiavam aqueles objetos e monumentos que consolidam os valores da Nação (SANTOS, 2012; FONSECA, 1997).

Segundo Santos (2012), para refletir sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro é necessário entender a formação política e ideológica do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Criado a partir do Anteprojeto de Mario de Andrade, em 1936, e de Rodrigo de Melo em 1937, o SPHAN, propunham um novo enfoque sobre a cultura, à história e a memória nacional. O objetivo inicial desta

instituição foi o de conhecer todo o território brasileiro e inventariar os bens patrimoniais passíveis de preservação (tombamento), em todo o território nacional. Neste contexto, Santos (2012) argumenta que a preservação dos bens culturais destinava-se a um campo muito restrito, fiel às tradições francesas, incluía-se a arte, a arquitetura, a literatura e a arqueologia entre suas preocupações.

A partir deste período, o patrimônio histórico e artístico nacional passou a se definir como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA BRASILEIRA, 1988).

O SPHAN definiu um patrimônio específico, onde a memória religiosa, aristocrata e militar do Brasil colonial era o padrão ideal. E não poderia ser diferente, já que apenas, estes grupos sociais tinham acesso à política de preservação e tudo que fugia do seu modelo, não lhes era atribuído os valores que os qualificavam como patrimônio cultural, não era digno de ser conservado. Outra ação importante diz respeito ao fato de haver proposto um corpo técnico-administrativa para o exercício do ofício e um novo termo para nomear a proteção dos bens culturais, o tombamento (FONSECA, 1996). Diferente do ato de classificar, o tombamento criou categorias onde o patrimônio nacional é protegido segundo suas principais características. Assim foram instituídos quatro livros de tomo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro das Artes Aplicadas.

Fonseca (1996) ressalta que, ao estabelecer uma identidade política ideológica através do patrimônio cultural tombado, o SPHAN ficou marcado como um órgão fundado pelo Estado, na esperança de atender os gostos e as ações das elites dirigentes. A autora destaca ainda que, no processo de seleção dos bens culturais brasileiros não havia participação popular, os critérios envolvidos partiam da visão e do conhecimento dos intelectuais e dos agentes do governo.

Assim, Fonseca conclui que:

É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar seu trabalho (FONSECA, 1996, p. 36).

Para Fonseca a formação do patrimônio cultural reflete a formação do Estado Nacional, e no caso brasileiro, o Estado nunca permitiu uma participação direta da população na política. Esta relação sempre foi marcada pelo poder patriarcal dominante. Deste modo é que se explica que, os bens culturais brasileiros sejam representados apenas por valores católicos e aristocratas.

Para Micelli (1987) as primeiras listas de bens preservados do SPHAN, deixaram em evidência o tipo de patrimônio cultural que o SPHAN privilegiava ao selecionar o patrimônio nacional. Micelli afirma ainda que, as políticas culturais utilizadas para a preservação dos bens culturais foi construída sobre uma rígida ditadura, onde os bens selecionados como símbolos nacionais atendiam especialmente o Estado Novo.

O Estado Novo é o nome que se dá ao período ditatorial em que Getúlio Vargas governou o Brasil (1937 a 1945) e que ficou caracterizado pela centralização do poder, a busca pela nacionalidade, o anticomunismo e o autoritarismo violento. Este período ficou marcado, no campo político e da cultura (SCHWARZ, 2014). O Estado Novo buscou-se, pela primeira vez na história do Brasil, uma identidade nacional. O conceito de "antropofagia cultural" manifestado pela Semana de Arte Moderna, em 1922, planejava colaborar para este momento ímpar para a formação sociocultural nacional (TORELLY, 2012; SCHWARZ, 2014).

Schwarz (2014) chama de momento ímpar as grandes transformações sociais, econômicas e políticas da Revolução de 1930. Que exigirão uma nova organização do Estado brasileiro, onde a nacionalidade passou ser essencial para a estruturação de um projeto de país e para a afirmação do regime.

Deste modo, o SPHAN assumiu uma postura importante neste processo, a de agência cultural, cuja função era de salvar do abandono os bens arquitetônicos considerados significativos para a formação da nação. A combinação da política de dirigismo cultural, com a proteção da cultura reduziu os impactos ideológicos, que

como o tempo, transformou a instituição em uma espécie de refugio da cultura oficial. Desta forma, Micelli conclui que todas as realizações do SPHAN não passavam de uma forma de “documentação museificada cuja fruição estava apenas ao alcance de elites sofisticadas” (MICELLI, 1987, p. 46).

Neste sentido, pode-se entender o SPHAN como uma importante ferramenta para a consolidação do Estado nacional brasileiro, mas também, como uma forma encontrada para materializar o legado cultural do país. Tanto Micelli (1987), quanto Fonseca (1997) concordam que o SPHAN foi quem organizou e deu corpo ao patrimônio cultural que hoje se tem conhecimento no país. Mesmo baseado em uma política conservadora, autoritária e controladora, o SPHAN conseguiu unificar através dos bens culturais tombados as partes que compõe a herança cultural e política do Brasil.

Rubino (1996), identifica a preferência dos bens materiais na formação do patrimônio nacional e a sua correspondência com as classes dominantes (que o SPHAN articula em sua primeira fase), ao dedicar-se a um exame dos vários bens culturais tombados em todo o território nacional. Esta fase ficará conhecida como fase heróica, devido ao incrível número de bens protegido em tão pouco tempo pelo SPHAN.

Rubino (1996) argumenta que a política de tombamento elaborou novos limites para o Brasil, novas formas de ver e compreender o mapa nacional e suas posições geográficas, onde as desigualdades e as discrepâncias existentes entre as populações ficaram claras tendo em conta o conjunto dos bens culturais tombados. Para Rubino (1996),

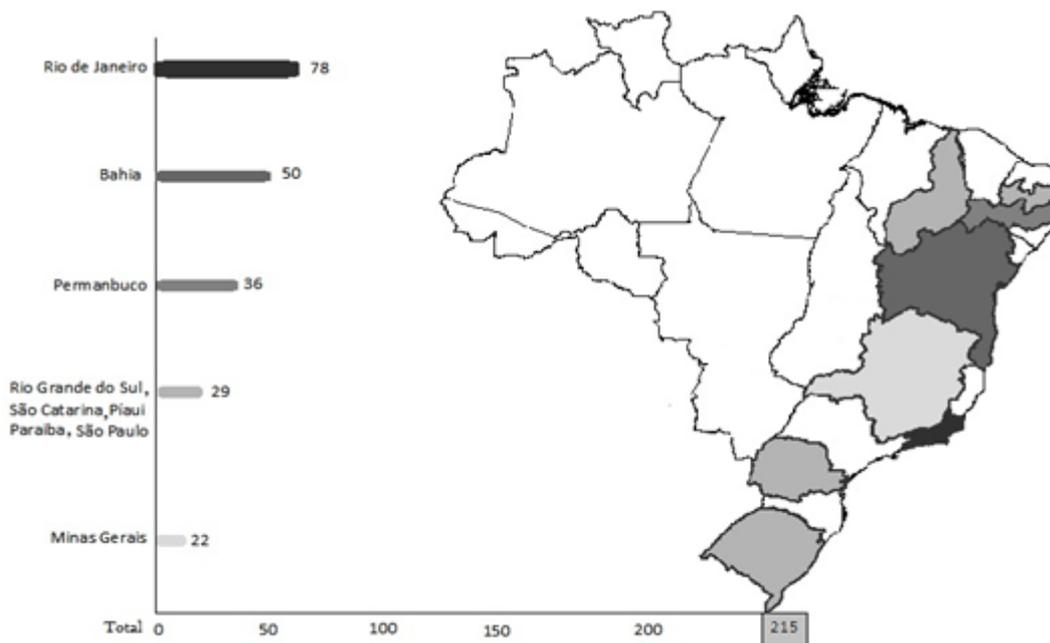
“O desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (RUBINO, 1996, p. 97).

As aspirações dos agentes do patrimônio cultural nacional resultaram em um legado luxuoso, padrão europeu, calcado em valores de uma cultura branca, católica e aristocrata. O patrimônio cultural tombado não priorizou a totalidade do passado nacional, mas um determinado passado, um período, que o Estado ou o SPHAN queriam ou conseguiam ver.

Rubino (1996), também aponta que o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente da primeira fase do SPHAN (1937 – 1967), reconhecia que o Brasil estava muito além do que o patrimônio cultural tombado conseguia mostrar, destacando ainda o fato do país não ser: “constituído apenas de sua configuração no mapa do hemisfério Sul”, mas também das “obras de civilização realizada no país: a produção material e espiritual que herdamos” (RUBINO, 1996, p. 97).

Em seu estudo, Rubino (1996) propõe uma análise do mapa do Brasil a partir os tombamentos realizados pelo SPHAN. A autora almejava comparar os traços entre o mapa político-cultural e o mapa político para então buscar entender a dimensão do vanguardismo aplicado na proteção do patrimônio cultural brasileiro. O ponto de partida será o ano de 1938, o primeiro ano de atividades do SPHAN. Somente neste período foram realizados 215 tombamentos por todo o território nacional, sendo, no entanto que sua distribuição foi muito desigual pelo território brasileiro, por exemplo, o Rio de Janeiro teve o maior número de bens tombados, seguido da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco entre outros conforme demonstra a Figura 1.

**Figura 1: Bens Tombados no Primeiro ano do SPHAN (1938).**

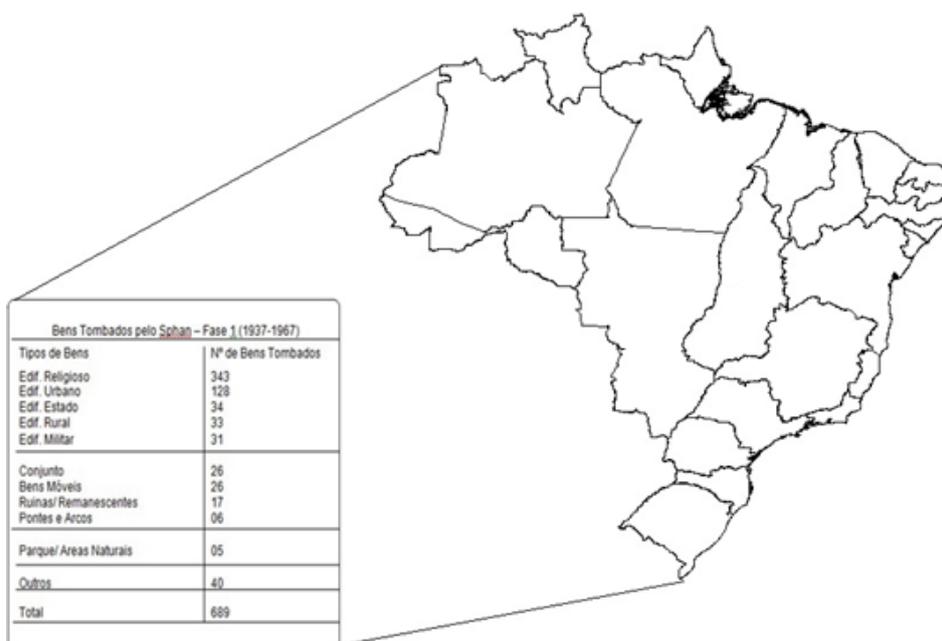


Fonte: Rubino, Silvana, 1996; Autora, 2015.

Rubino (1996) também chama atenção para a geografia estabelecida na composição deste mapa político cultural e observa que os Estados em destaque correspondem a menos da metade do território nacional, mas neles estão localizados os primeiros ciclos econômicos e as primeiras capitais do país. Levando em conta as questões políticas da formação da nação brasileira, Rubino ler no mapa o seguinte: quanto mais se destaca a participação do Estado na consolidação (política e econômica) do país, maiores são os números de bens tombados.

Mas as observações não param aqui, Rubino (1996) cita outro aspecto, relacionado aos estilos arquitetônicos que compunham os conjuntos urbanos. Para a autora, havia ainda uma hierarquia dentre as escolhas dos bens culturais tombados, onde as construções religiosas, militares, residências, ruínas antigas e sítios arqueológicos integravam as principais posições da política de preservação que destaca na Figura 2.

**Figura 2: Bens tombados pelo SPHAN Fase1 – Anos de 1937 a 1967**



Fonte: RUBINO. Silvana, 1996; Autora, 2015.

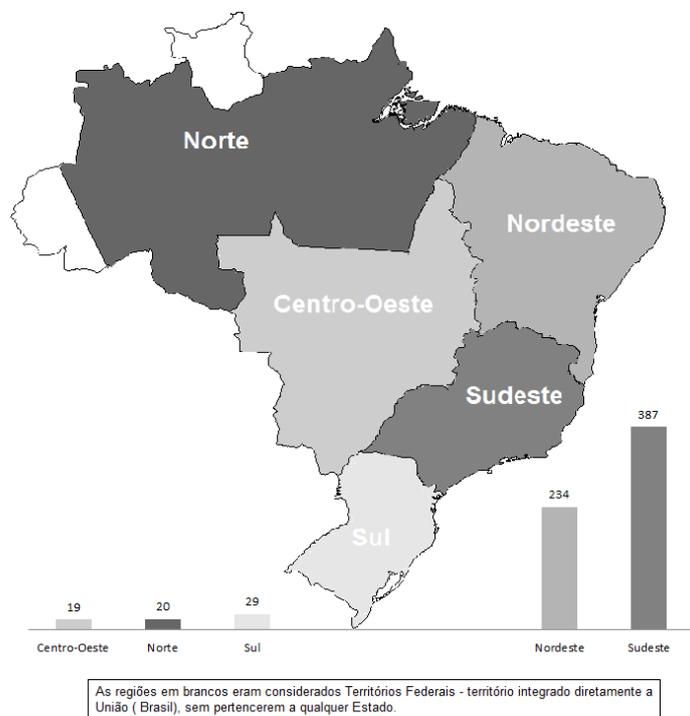
Não se observa grandes diferenças no ultimo mapa analisado. Porém, é importante perceber que a arquitetura religiosa predominou seguindo das edificações urbanas e estatais. Estas representações segundo Rubino (1996) testemunham o poder que a igreja teve sobre a formação dos Estados brasileiros seguido pelo poder governamental influenciado pelas classes dominantes. Em última instancia, esta seria a

razão de haver um elevado número de bens culturais tombados referentes ao período colonial.

Com base nestes argumentos é que podemos considerar que o patrimônio cultural tombado, a partir da posição do SPHAN, se caracterizou como um projeto nacionalista, limitando qualquer manifestação que não se enquadrasse no projeto do Estado. Os bens culturais que representavam o povo, esta marcado pela relação entre a conservação do passado e a modernização do presente segundo o interesses do poder governamental ( RUBINO, 1996; MICELLI, 1987) .

Desta forma, Rubino (1996), afirma que até o ano 1970 o mapa político cultural do Brasil havia tomado os mesmos limites do mapa político brasileiro. Claro que os números e a chave para se entender o tombamento no país, ainda apareciam desfigurados, mas o SPHAN se dava por satisfeito, pois tinha contemplado sua missão E apresentavam em todos os Estados pelo menos um bem tombado como mostra a figura 3.

**Figura 3: Novo Mapa do Brasil Segundo Tombamento do SPHAN –Anos1970**



Fonte: RUBINO. Silvana, 1996: Autora, 2015.

Observa-se que os números de bens tombados aumento aumentaram muito, mas a região sudeste sempre mantinha a enorme diferença dentre as demais regiões do Brasil.

A divisão política e administrativa do Brasil nem sempre foi com a que hoje se conhece, do século XVI ao século XX, o país teve diversos arranjos territoriais saindo das capitanias hereditárias para as Províncias e finalmente os Estados, os distritos e municípios. O mapa territorial Brasileiro que corresponde à figura 3 está de acordo com a divisão territorial e política que perdurou no Brasil dos anos 1950 a 1970, onde as regiões eram separadas de acordo com suas zonas fisiográficas (IBGE, 2011). O mapa territorial atual ainda mantém em vigor a proposta e a configuração estabelecidas a partir dos anos 70, porém com apenas algumas alterações: como por exemplo, a região Centro-Oeste que era formada pelos Estados de Mato Grosso e Goiás foi dividida respectivamente em 1979 e em 1988 dando origem a mais dois Estados Mato Grosso do Sul e Tocantins; a transferência da capital brasileira para o Centro-Oeste com a construção de Brasília e o fim do territorial federal de Rondônia, de Roraima e de Amapá modificaram mais uma vez a configuração nacional aumentando o número de Estados do país (IBGE, 2011; LEMOS; DINIZ e GUERRA, 2003).

Desta forma, o mapa territorial do Brasil atualmente corresponde a seguinte leitura: Região Norte com os estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins; na região Nordeste, os estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; A região Sudeste substitui a região Leste Meridional e passa a ser formada por Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; a região Centro-Oeste conta com os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (a cidade de Brasília) e por fim a região Sul que abriga Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (LEMOS, DINIZ e GUERRA, 2003).

A partir dos anos 70, uma nova fase começa se impor no campo das políticas culturais de preservação do SPHAN. A secretaria de Educação e Cultura aproxima-se das políticas culturais internacionais, principalmente das organizadas pela a UNESCO, e redefine suas prioridades em relação às políticas públicas culturais e à preservação do patrimônio cultural.

Fonseca (1997) avalia que a década de 1970 possibilitou uma abertura maior da cultura em relação à participação da população, no sentido de valorizar, preservar e escolher os símbolos de sua cultura, que até então era tarefa e privilégio dos técnicos e especialistas. A partir da criação de instituições estaduais responsáveis pela preservação

do patrimônio cultural e da ação destes órgãos junto à população e das modificações na legislação de âmbito nacional e estadual, amplia a preocupação pública no sentido de se valorizar e salvaguardar um patrimônio cultural tão plural como era a cultural brasileira.

Em 1979, Aloísio Magalhães assume o IPHAN com uma perspectiva mais abrangente em relação à proteção aos bens culturais nacionais. Se antes, na primeira fase, a preocupação era valorizar os bens referentes à Nação, por se acreditar que neles estavam reunidos os valores genuínos da cultura nacional, agora a preocupação recai não apenas no monumento, no objeto, mas sim em seu contexto, em sua moldura (FONSECA, 1996, p.119).

Assim, as políticas de preservação do patrimônio cultural começaram a debruçar-se também sobre o patrimônio imaterial e o antropológico como já havia sugerido Mario de Andrade. Reconhecendo o valor das manifestações populares, como as tradições, o modo de fazer, as lendas, o Estado volta-se para desenvolver uma política mais local e regional, capaz de estabelecer um sentido de unificação nacional, mas respeitando as diferenças existentes entre os Estados e as regiões (FONSECA, 1997).

Embora o trabalho do IPHAN continue até os dias de hoje, com a realização de tombamentos e ações para a proteção e a conservação dos bens culturais nacionais, o debate a partir da década de 1970, voltou-se mais para o patrimônio cultural imaterial. A meu ver, nada mais justo, visto que nos primeiros anos da instituição as políticas preservacionistas eram voltadas para os bens materiais. Porém, vale ressaltar que a presente pesquisa se propõe a trabalhar exclusivamente com o patrimônio cultural material e as principais políticas culturais relacionadas a estes bens no município de São João da Barra, no período correspondente à primeira fase do IPHAN.

Esta é a razão pela qual dei ênfase em descrever e pontuar, com mais detalhes a primeira e não a segunda fase do IPHAN. Mas lembrando, que os trabalhos realizados pela instituição com Magalhães a frente também foram importante para a constituição do patrimônio cultural nacional, principalmente para o reconhecimento ou conhecimento do patrimônio cultural imaterial que compõe a cultura brasileira.

### **3.3 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Com a necessidade de preservar o patrimônio regional, o Estado do Rio de Janeiro torna-se o pioneiro quando se fala em políticas culturais no âmbito estadual. Embora tenha adotado o mesmo modelo federal, o trabalho desenvolvido pelo Rio de Janeiro foi inovador. Buscando criar sua própria identidade, o então Estado da Guanabara elabora o Decreto nº. 346 de 31/12/64, que dá origem a um dos primeiros institutos a nível estadual dedicado a preservação do patrimônio cultural do país, que veio a se chamar de Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro, DPHAERJ (PEIXOTO, 1990; CAMPOFIORITO, 1986).

Segundo Gustavo Rocha Peixoto (1990) o DPHAERJ tinha como objetivo “proteger de modo especial os bens naturais, assim como as obras e os monumentos de valor históricos, artísticos e culturais situados no seu território” (Peixoto, 1999, p.8), nos limites do estado. Mais que preservar o patrimônio que fazia menção a importância do estado para a formação do Brasil, o Rio de Janeiro queria ser reconhecido pelos seus bens locais, suas típicas construções, suas diversificadas áreas verdes e sua cultura.

Desta forma, os tombamentos propostos pelo DPHAERJ procuravam distanciar-se o máximo daqueles realizados pelo IPHAN, e assim, as ações do DPHAERJ calcaram-se no campo da diversidade, uma peculiaridade do estado. A visão apresentada pela instituição não preocupava-se apenas com a proteção do bem, mas com todo o seu entorno. De acordo com o DPHAERJ,

A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho (PEIXOTO, 1990, p. 8).

Assim, o primeiro tombamento realizado pelo DPHAERJ foi o Parque Henrique Lage em 1965. Dentre a expressiva obra do ecletismo do século XX, foi tombado a casa, mas também o jardim entorno e a flora como um destaque especial para ações de cunho preservacionistas. Para o modelo proposto pelo IPHAN este tipo de intervenção seria impossível, mas para o DPHAERJ, este seria o fator de diferenciação entre o patrimônio nacional e o estadual ou regional.

Em 1975 ocorreu a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e o da Guanabara em apenas um, o atual Estado do Rio de Janeiro. Em meio a esta união, o DPHAERJ se estabeleceu como, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro – INEPAC e assume definitivamente o paradigma distinto que o diferenciava do IPHAN. O INEPAC propunha uma ampla e abrangente política preservacionista onde a noção histórica não era o único critério, mas um dos critérios para a interpretação dos bens culturais de uma sociedade (PEIXOTO, 1990).

Segundo Teixeira (2008), durante este processo ocorria uma acirrada disputa simbólica entre a identidade do Estado e suas regiões. Porém, o núcleo central das lutas dava-se sobre a conservação de um patrimônio que destacasse o Rio de Janeiro dentro o cenário nacional. Desta maneira, a principal preocupação do INEPAC era preservar os bens, entendidos como “rejeitados” pelo órgão federal, estruturando ainda suas ações para atender todas as diferenças que o patrimônio estadual apresentasse.

Ainda de acordo com Teixeira (2008), o INEPAC, compreendia que os bens culturais da cidade do Rio de Janeiro, eram bens assistidos pelo órgão federal, mas o restante do Estado não contava com a mesma sorte. De modo que a responsabilidade de proteger e assegurar as demais características do patrimônio estadual deveria ser dele, e por isso suas preocupações voltaram para estes bens, que de certa forma, encontrava-se preservados no interior das inúmeras comunidades que compunha o Estado.

Para atender a todas as necessidades desta nova política, o INEPAC destacou três frentes para seus trabalhos: o primeiro composto pelo tombamento dos bens naturais como praças, parques, praias, árvores; o segundo resumia nos bens excepcionais onde a preservação repousava exatamente sobre os itens de caráter extraordinário, único e por fim, o terceiro onde os bens seriam mais propriamente culturais, cujo contexto determinação um cultural puramente regional.

Em suma, Teixeira (2008), sugere que os distintos processos de tombamentos expressavam simbolicamente o desejo do Estado em criar uma identidade que lhe fora própria, sem que esta fosse remetida á identidade da nação, embora a cidade do Rio de Janeiro possuísse o maior acervo de edificações ecléticas do país e estes fossem protegidos, o interior do Estado, que também possuíam um imenso acervo de bens culturais de caráter eclético, não tinham tais bens preservados na mesma medida na

capital. Pois, este patrimônio cultural desrespeitava mais a cultural estadual, alvo do estado e não da Nação.

A listagem dos bens tombados pelo INEPAC segundo Peixoto (1990), continha importantes marcos da história e da memória carioca e fluminense, incluindo desde bens moveis, como o Automóvel Club, o Real Gabinete Português de Leitura, o Grande Oriente, até a ilha de Brocoió, árvores em Paquetá (10 no total) e uma antiga figueira na Tijuca. Os jardins, parques e reservas também ganharam destaques nestas políticas, assim o Jardim Zoológico, o Parque Ari Barroso, a Reserva Biológica de Jacarepaguá juntamente com várias rochas e morros foram tombados pelo INEPAC, também foram beneficiadas por este processo alguns trechos da floresta da Serra do Mar, a foz do Paraíba do Sul, o manguezal de Gargaú, as Dunas de Cabo Frio e a praia de Grumari (PEIXOTO, 1990; TEIXEIRA, 2008; CAMPOFIORITO, 1986).

A justificativa usada pelo IPHAN para se tombar os diferentes bens vinha da singularidade dos valores paisagísticos e simbólicos existente no Estado, que destacou a importância da proposta de se realizar tais tombamentos. Tanto para Marcello de Ipanema, primeiro diretor do DPHA, quanto para Alex Nicolaeff, primeiro diretor do INEPAC, havia por parte do IPHAN, certo descaso para com o patrimônio que não era erudito ou que não fossem exemplares ecléticos (PEIXOTO, 1990). Por isso, implementar uma política que confrontava-se com os valores federais era fundamental para consolidar o próprio poder local e regional (PEIXOTO, 1990; TEIXEIRA, 2008; CAMPOFIORITO, 1986).

Desta forma, o reconhecimento voltado para o patrimônio regional, fortalecia uma série de ações no âmbito local, onde os bairros, as ruas, os conjuntos públicos e comunitários ganhavam novos olhares e valores. Desta forma, o entendimento de que a determinação e o zelo pela preservação do patrimônio cultural estadual competem aos membros das comunidades locais como o INEPAC assegurava e orientava (CAMPOFIORITO, 1986).

## IV – metodologia



Foto 4: Sede da Sociedade Beneficente dos Artistas (SBA), foi construída em 1906 para ser o ponto de encontro dos artistas da cidade. Na década de 1980 passou a abrigar não só o teatro, mas também o cinema. Ficou por muitos anos funcionando precariamente até ser restaurado (2005) e devolvido à sociedade sanjoanense.

#### 4.1 – ÁREA DE ESTUDO

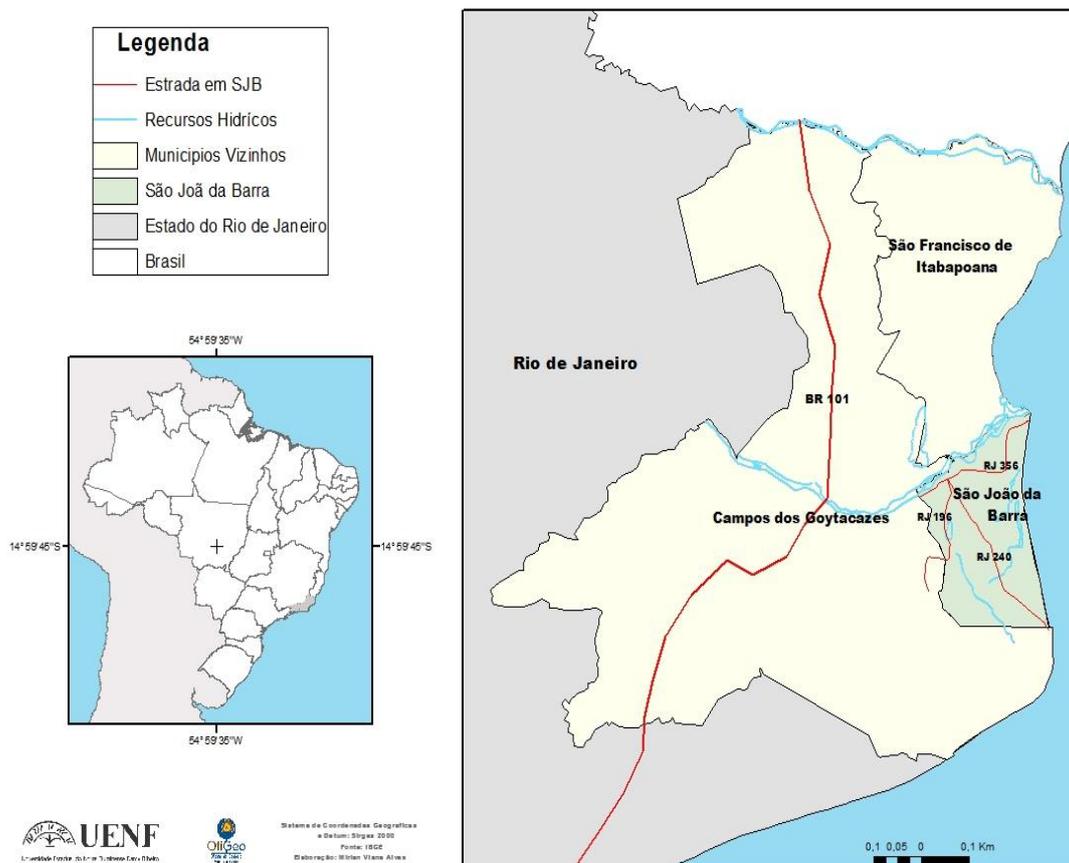
O cuidado com patrimônio cultural, como foi possível observar na discussão anterior, visa resguardar o “poder simbólico” (BOURDIEU, 2003), através da conservação dos bens materiais. As relações existentes entre o patrimônio e sua comunidade é o que permite que os valores e os significados culturais não se percam no tempo. Porém, é possível perceber neste debate, que o surgimento das políticas públicas de cultura junto à formação dos Estados Nacionais nos países ocidentais, tornou-se um importante auxílio para a preservação do patrimônio uma vez que, as políticas que visavam preservar os bens culturais, se prestavam a uma forma dominação político-social.

Deste modo, conhecer o patrimônio cultural de uma comunidade e suas práticas preservacionistas, é fundamental para a permanência das mesmas e para entender e ajudar nas possíveis soluções de alguns problemas nas sociedades contemporâneas. Neste sentido, como foi mencionado anteriormente, conhecer os bens culturais materiais e as políticas públicas culturais que organizam o patrimônio de São João da Barra, são questões a serem respondidas neste trabalho. E para isso, faz-se necessário apreender brevemente a história da cidade e sua formação política, cultural, social e econômica.

O município de São João da Barra está localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro no litoral da Região Norte Fluminense. Com uma população de 32.747 habitantes de acordo com o último censo realizado pelo IBGE (2010), São João da Barra é uma das menores cidades da região e ocupa uma área de 455 quilômetros quadrados que corresponde a 4,7% da área total do território Fluminense. Mas, São João da Barra fica em uma área e estratégia muito valorizada deste o período colonial (FEYDIT, 1900).

São João da Barra limitam-se com os municípios de São Francisco de Itabapoana ao norte, Campos dos Goytacazes ao oeste e ao sul, e possui uma das principais saídas para o Oceano Atlântico. O rio Paraíba do Sul é responsável por fazer a ligação do continente com o litoral por uma via natural e permanente como pode ser observado no mapa abaixo (TCE 2014).

**Figura 4: Mapa de Localização do Município de São João da Barra\RJ**



Fonte: IBGE – ALVES, 2015.

Segundo o Relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a taxa de densidade demográfica no município é de 71,9 habitantes por km<sup>2</sup>, versus a 87,1 habitantes por km<sup>2</sup> de sua região. Comparando com as décadas anteriores, a população sanjoanense aumentou 18,3%, e conquistou a 25<sup>o</sup> posição dentre o crescimento no Estado de acordo com dados d Tribunal de Conta do Estado – TCE de 2014.

Com um total de 17.450 domicílios, 44% das residências são de turistas que frequentam a cidade ocasionalmente apenas no verão, feriados e fim de semana. Estas casas encontram-se em sua maioria nos distritos de Atafona e Grussaí. Os domicílios da população fixa ficam agrupados em sua maioria, no Distrito sede de São João e nos distritos de Pipeiras, Cajueiros e Barcelos, área rural de São João da Barra (TCE 2014). Porém, com a chegada do Complexo Portuário do Açú instalado no 5<sup>o</sup> distrito, a realidade rural esta sendo mudada gradativamente.

A oferta cultural no município não é muito variada, e a maioria dos equipamentos culturais em funcionamento identificados nesta pesquisa situa-se na sede. Tais equipamentos estão enumerando no Mapa de Cultura do Estado, projeto realizado pela Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, para preencher a lacuna existente sobre os indicadores culturais no Estado (Figura 5), são eles: Centro Cultural João Oscar do Amaral Pinto – A antiga Câmara Municipal e Cadeia; Centro Cultural Narcisa Amália – Antigo Conjunto arquitetônico do Mercado Municipal; Estação das Artes Derly Machado – Prédio da antiga estação de trem da cidade; Palácio Cultural Carlos Martins – Edificação típica da região que abrigou o Grupo Escolar Alberto Torres; Biblioteca Pública Municipal Professor Aluizio de Castro Faria – instalada no Palácio Cultural Carlos Martins; Auditório Municipal – no terceiro andar da antiga casa do barão de Barcelos.

O Sesc de Grussaí e o Espaço da ciência são os únicos pontos fora dos limites da Sede, localizado no Balneário de São João da Barra. Os dois lugares citados são importantes pontos de referências para os turistas do município, sendo o Sesc o primeiro lugar de referência cultural que extrapolou os limites municipais atraindo turistas de vários lugares do país. (TCE, 2014; SITE PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2014).

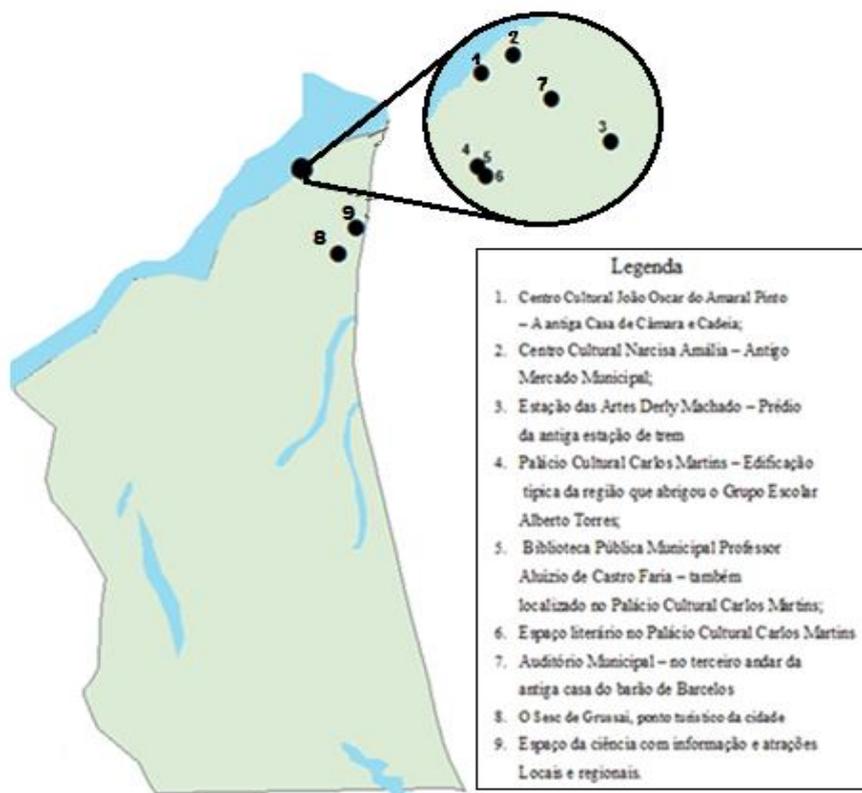
**Figura 5: Mapa de Localização dos equipamentos culturais do Mapa de Cultura do Estado /RJ**



Centro Cultural João Oscar

Centro Cultural Narcisa Amália

Estação das Artes Derly Machado



Prefeitura - Antigo Solar do Barão de Barcelos



Palácio Cultural Carlos Martins



Sesc de Grussaí



Espaço da Ciência

Fonte: IBGE; Autora, 2015.

## 4.2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado para a coleta dos dados foi o de entrevistas e aplicação de questionários em uma população amostral. A amostra foi selecionada aleatoriamente nos distritos de Atafona, São João (a sede), Grussaí e Barcelos. O questionário foi elaborado com perguntas fechadas e semiabertas, pois se procurava obter a maior compreensão possível dos entrevistados (Anexo1). A finalidade em escolher tais localidades teve como o objetivo ampliar o alcance e valor da pesquisa, tendo uma espacialização maior dos dados. Buscou-se com isso levar em consideração, as distinções socioeconômicas e a realidade política e cultural existente em cada distrito selecionado.

Buscando a maior fidelidade nas respostas dos entrevistados e também não perdemos nenhum ponto de suas falas, todas as entrevistas foram gravadas, com autorização previamente concedida. As gravações também favoreceram às análises dos dados, em virtude das perguntas serem abertas e exigirem respostas muito longas ou complexas. Ao gravar as entrevistas permitiu também analisar com mais detalhes as informações e de uma maneira mais cautelosa a percepção do indivíduo sobre o processo cultural da sua comunidade.

As entrevistas foram direcionadas para as autoridades públicas do município, vereadores, secretários, funcionário do governo municipal e pessoas que se destacam nas atividades culturais de São João da Barra. O objetivo era identificar o entendimento que estes tinham sobre o patrimônio cultural e políticas públicas de cultura. Buscamos compreender até onde o poder local investiu ou gostaria de investir para que a história, a memória coletiva e as tradições culturais locais fossem salvaguardadas. Neste sentido, foram entrevistadas três pessoas, a saber: a subsecretaria de Educação e Cultura do município, Ana Cristina Alves Barreto; o vereador Alex Firma e o historiador Fernando Antônio Lobato Borges.

Os questionários, por sua vez, foram aplicados na população geral, moradores da cidade. A pesquisa teve o cuidado de considerar apenas as opiniões dos habitantes residentes de São João da Barra, pois no município circulam muitos turistas, principalmente no verão, parte do período que os questionários foram aplicados. O total

de questionários respondidos foi de 65<sup>10</sup> (LAKATOS E MARCONI, 2007), estes foram distribuídos conforme mostra a tabela 1.

**Tabela 1: Distribuição dos Questionários Aplicados nos Distritos**

<b>DISTRITOS</b>	<b>QUESTIONÁRIOS APLICADOS</b>
Atafona	10
Barcelos	3
Grussaí	12
São João (SEDE)	40
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>

Fontes: Dados da Pesquisa

A sede do município, São João teve a maior participação na amostra, em virtude de, ser o distrito mais populoso e onde se encontra os principais comércios do município como; supermercados, lojas e agências bancárias, além das repartições públicas, hospitais, correios e os principais bens culturais materiais.

---

<sup>10</sup> De acordo com o método proposto por Lakatos e Marconi (2007), determinamos que 65 questionários era o tamanho mínimo permitido para uma amostra válida. Para se calcular uma amostra válida é necessário considerar a população real que se deseja estudar e o nível de confiabilidade que se pretende atingir, as variedades que possam influenciar seu resultado e uma margem de erro. Após a análise e o cálculo destas variáveis o resultado obtido é o número mínimo de questionário que valida a pesquisa.

## V – DISCURSOS E PRÁTICAS



Foto 5: O prédio foi construído para ser a residência do Comendador André Gonçalves da Graça e sua esposa. Gonçalves era um dos mais ricos traficantes de escravos, e esta construção era considerada a mais elegante do início do século XX.

## 5.1 – A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BARRA

A Vila de São João da Praia, atual São João da Barra, teve início com a colonização da foz do Rio Paraíba do Sul. Anteriormente essas terras eram habitadas por vários índios, principalmente os da etnia goitacá que estabeleciam moradias nas planícies alagadas resultado da transposição do Paraíba do Sul (OSCAR 1976). Os índios goitacás foram um dos mais hostis dando muito trabalho para os colonizadores que tiveram a missão de colonizar esse território.

Pero de Góis donatário responsável pela Capitania São Tome, onde a vila São João da Praia pertencia, tentou por duas vezes dominar essas terras. Por um tempo conseguiu até manter a Vila da Rainha funcionando com um dos primeiros engenhos da região, mas, logo os goitacás o fizeram desistir de sua conquista. São Tomé só foi definitivamente colonizado com a chegada dos Sete Capitães, enviado da Capitania do Rio de Janeiro pela coroa Portuguesa a fim de acabar com os conflitos e conquistar a região (OSCAR, 1976; FEYDIT, 1900).

De acordo com Feydit (1900) a formação do povoado de São João da Praia originou-se da construção de uma pequena aldeia onde contava com uma capela de palha em homenagem a São João Batista, erguida na praia de Atafona e algumas cabanas para abrigar as famílias do grupo de pescadores liderados por Lourenço do Espírito Santo. Por muito tempo tal grupo viveu nesta área, devido à facilidade e a fartura da pesca, tanto no mar quando no rio, que estimulava a estadia naquele espaço. Sua permanência nesta área parecia que duraria um longo tempo. Mas, um trágico acidente, o afogamento da esposa do líder Lourenço, levou o grupo a abandonar o local (OSCAR 1976).

Caminhando para o interior do continente, mas sempre às margens do rio Paraíba do Sul, os pescadores estabeleceram um novo povoado onde atualmente está à igreja matriz de São João Batista, no centro do município. Com o passar dos anos o povoado cresceu e atraiu novos habitantes e mais tarde tornou-se um importante porto para esta região (OSCAR, 1976). Posicionado em uma área geograficamente privilegiada, a vila de São João da Praia era responsável por receber e enviar os produtos da agricultura e da pecuária da região, principalmente os provenientes da Vila

de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, atual cidade de Campos dos Goytacazes que eram transportados para a Corte do Rio de Janeiro e para Portugal (FEYDIT, 1900; OSCAR 1976).

Com a intensa movimentação das embarcações, o aumento do comércio de produtos e de escravos, São João da Praia viveu, no século XIX, um intenso movimento cultural (CARVALHO, 1988). Neste período, a vila iniciou a construção de elementos que hoje possuem significado histórico e cultural, como, por exemplo, a residência de um dos armadores mais rico da cidade, Manuel José Nunes Teixeira edificada na década de 1880 que mais tarde se tornou o Grupo Escolar Alberto Torres (1922). Outros exemplos são o atual Fórum Municipal, antiga casa de André Gonçalves da Graça, conhecido traficante de escravos construída em 1840 e o Solar Barão de Barcelos erguido em meados do século XIX entre outros (INEPAC I, 2004).

Neste sentido São João da Barra vivia nesta época, a dialética de ser um simples povoado que estava por se tornar um dos portos mais importantes da colônia. (FEYDIT, 1900; CARVALHO, 1988). Tal passagem renderia profundas transformações tanto econômica e política como também cultural e social onde o legado pode-se identificar dias atuais.

Para Carvalho (1988) São João da Barra viveu seu auge entre os anos de 1740 a 1860. O desenvolvimento poderia ser visto por toda a vila, que coincide com o período em que o urbanismo se desenvolveu na região, com a abertura e pavimentação de ruas e a construção de praças, igrejas e prédios públicos. Ribeiro (2010) ressalta que muitos momentos do apogeu de São João da Barra foram descritos no Almanaque Laemmert–Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro editado no Estado pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert entre os anos de 1844 a 1889.

Em tal anuário é possível encontra evidências do crescimento e evolução que São João da Barra experimentava no momento:

“A cidade edificada à margem direita do Rio Paraíba (...) tem 804 casas entre as quais 46 sobrados de um ou dois andares; destas casas são habitadas 758, dividindo-se em 19 ruas, 39 becos e travessas e seis praças. (...) As ruas e praças são apenas calçadas nos passeios junto às casas, mas o terreno é todo

arenoso e enxuto...” (ALMANAQUE, 1844-1889, *apud* RIBEIRO 2010, p. 39).

Ainda referente ao período (1740-1860) em São João da Barra, a cidade foi palco de inúmeras inaugurações, algumas contando, inclusive com a presença do imperador, Dom Pedro II (FEYDIT, 1900). Foram inaugurados vários serviços públicos na vila, entre eles: a Casa de Câmara e Cadeia, a Santa Casa de Misericórdia, a Usina de Barcelos, a Companhia de Navegação, a Companhia Agrícola e a Companhia de Cabotagem, a Sociedade Musical e Carnavalesca Lira de Ouro, a Banda Musical União dos Operários e a Sociedade Beneficente dos Artistas (OSCAR 1976; CARVALHO, 1988).

Porém, Oscar (1976), ressalta que posteriormente à década de 1870, a vila de São João da Praia já elevada à categoria de cidade de São João da Barra, foi perdendo sua importância nacional e afundando-se em uma grave crise econômica. O autor sustentava que a razão da decadência se relaciona com a criação da estrada de ferro, construída especificamente para o escoamento da produção de açúcar, causando assim, um abandono das atividades de navegação na cidade São João da Barra.

Embora a situação de abandono dos portos tenha sido uma condição vivida em todo o Brasil, São João da Barra sofreu mais com tal rompimento, uma vez que dependia exclusivamente das práticas portuárias (OSCAR, 1976). A decadência do município correspondeu, portanto, à desvalorização do porto da região em decorrência da criação da Estrada de Ferro da Leopoldina, construída para fazer o transporte da produção açucareira do interior para a capital. Somam-se a isso as crises na produção do açúcar no século XX, base da economia regional que movia o porto (PAULA, 2000).

São João da Barra entrou então em um longo período de decadência, que perdurou maior parte do século XX. O município só volta a ascender economicamente, politicamente e culturalmente com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos no início dos anos 1970 (PESSANHA, 2013). A partir deste momento a cidade começa lentamente a ser reestruturada, a economia ganha novos investimentos assim com a política local. Mas a cultura, que é o foco da pesquisa, mais especificamente o patrimônio cultural material não é beneficiado com tal desenvolvimento, na verdade, tais bens continuam desvalorizados e em um péssimo estado de conservação (INEPAC II, 2004).

A situação de abandono apresentado pelo patrimônio cultural material é uma realidade nacional e não apenas local de São João da Barra, Gonçalves (2002) justifica tal situação a falta de contato entre os bens culturais e sua população. Segundo o autor, a importância e o valor que se atribui aos bens vem do relacionamento cotidiano entre o homem e a sua cultura. Os objetos só se tornam símbolos se fizerem parte cotidiana da vida dos indivíduos.

Para Gonçalves (2002), a ausência desta relação faz com que a proteção e a conservação do patrimônio cultural material sejam prejudicadas e caia no estado de desvalorização, como pode ser observado em São João da Barra. Devido à crise econômica ao longo dos séculos XIX e XX, o município renunciou as ações que favoreciam ao fortalecimento das práticas culturais, inclusive aquelas relacionadas à preservação dos bens culturais, que perdem a legitimidade e relevância para a vida social coletiva dos sanjoanense.

## **5.2 – O PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOÃO DA BARRA**

Apesar de o longo tempo de adversidade, tanto político quanto econômico, vivido por São João da Barra, o município apresenta um relevante acervo cultural. Formado por um conjunto arquitetônico característico do período colonial, onde destaca os valores do patrimônio histórico e artístico nacional, mas também, bens materiais que simbolizam a cultura do Estado do Rio de Janeiro e a riqueza da região Norte Fluminense (INEPAC II, 2004).

A área que corresponde o município desempenhou um papel de destaca na construção do território nacional (INEPAC II, 2004). Desta forma, o patrimônio cultural existente em São João da Barra ressalta uma grande importância e, por isso, favorece de políticas culturais que possam preservá-lo. Porém, o poder local de São João da Barra faz muito pouco uso dos termos legal em função da preservação e da proteção dos bens culturais matérias do município.

Embora hoje, em sua maioria os bens materiais de São João da Barra apresentem em um bom estado de conservação, vale salientar que, tal situação subsiste muito mais pelas iniciativas cívicas, por partes das irmandades religiosas, dos grupos de artistas e de artesões do município do que por iniciativa do poder público da cidade. São João da Barra não conta com nenhum tipo de legislação municipal para a preservação dos seus bens culturais materiais, todos os bens tombados no município são frutos de órgão externo como o IPHAN responsável pela preservação do patrimônio nacional e o INEPAC encarregado de identificar e proteger os bens culturais característicos do Estado do Rio de Janeiro.

São João da Barra tem em seu acervo patrimonial apenas dois bens tombados e mais dezoitos bens culturais que identificamos nesta pesquisa, totalizando assim, um conjunto de vinte bens edificados característicos não só da cultura local mais também parte da história e da memória estadual e nacional.

A Casa de Câmara e Cadeira de São João da Barra foi o primeiro prédio a ser tombado no município. Em 1965, em reconhecimento da importância do imóvel para o patrimônio nacional o governo federal, através do IPHAN, tomba o prédio. Essa foi à primeira iniciativa pública em defesa dos bens culturais materiais no município (OSCAR 1976).

A Casa de Câmara e Cadeira foi à única edificação do município, na década de 1960, que atendia as categorias propostas pelo IPHAN para a realização do tombamento. A edificação data de 1794 não apresentava nenhuma alteração em sua estrutura desde sua origem até a certificação do processo e mantém-se da mesma forma, ou seja, sem modificação até os dias atuais (INEPAC II, 2004). No entanto essa não foi à única sede da Casa de Câmara e Cadeira no município.

De acordo com Oscar (1976), a primeira construção que abrigou a Casa de Câmara e Cadeira de São João da Barra foi erguida em 1709, tratando-se de uma construção singela de madeira e cobertura de palha, onde os serviços da câmara não existiam. Posteriormente, no ano de 1736 as funções da câmara e da cadeia são unificadas e foi edificado um sobrado ainda muito rústico para atender as necessárias de segurança. Em 1781 começam a construir o prédio que atualmente conhecemos. Mas o

“risco” só foi entregue em 1794 e suas obras concluídas no ano de 1797 pelos mestres de obras Manoel Francisco da Encarnação, e Manoel Barreto (INEPAC II, 2004).



Foto6: Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra ano de 2015. Fonte: Arquivo da Autora



Foto 7: Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra ano de 1940. Fonte: João Oscar

As Casas de Câmara e Cadeia eram a principal instalação pública numa vila, onde os poderes administrativos e militares eram representados tanto por representantes locais quanto nacionais, a serviço da corte real portuguesas. Em muitos lugarejos a Casas de Câmara e Cadeia eram a única referência do poder público ou político-administrativo, de um rei que vivia além-mar. A presença desta edificação interpretava ordem, justiça, autoridade e honra (CASTRIOLA, 2012).

Segundo Prado (1972), o prédio além de abrigar a Câmara Municipal acolhia também, a Câmara de Vereadores, a sala do Juiz de Fora, a sala do presidente da Câmara e a sala do Procurador. Nela funcionava o Tribunal, o Juizado de Direito, a Guarda Policial e a cadeia pública. As Casas de Câmara e Cadeia eram construídas no centro das vilas ou cidades, junto á praça principal ou ao mercado municipal, sempre em lugares de destaque. Muitas Casas de Câmara e Cadeia foram edificadas próximas ao Pelourinho e à Igreja Matriz das vilas, simbolizando assim, a ligação da igreja e do Estado.

Em sua maioria, de acordo com Castriola (2012), as Casas de Câmara e Cadeira eram formadas por dois pavimentos. No primeiro piso ficava localizada a cadeia que, em algumas instalações incluem a sala da guarda. Em outras, como é o caso da Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra, o andar térreo serve apenas como cadeia

(OSCAR, 1976). O segundo pavimento destas construções eram onde se encontravam os poderes jurídico, administrativo e militar da vila ou cidade, dividido em várias salas e quando a ocasião pedia se reuniam no plenário de julgamentos (CASTRIOLA, 2012).

As Casas de Câmara e Cadeia têm origem no Domus Municipalis, sede de administração e justiça Romana, que tinham lugar de honra nas cidades. O Domus Municipalis correspondia a um programa tradicional das cidades romanas que continha a cadeia, o arsenal de milícias, a sala de reuniões e uma capela (BARRETO, 1978). Portugal ao colonizar o Brasil adaptou este regime à realidade das colônias brasileiras na forma como hoje conhecemos (CASTRIOLA, 2012).

As Casas de Câmara e Cadeia foram muito importantes para a formação política e cultural do Brasil (BARRETO, 1978). Junto com as igrejas matrizes representavam, o centro político-administrativo e cultural das vilas e cidades, desde a segunda metade do século XVI até o século XIX, isto é, durante todo o período do Brasil colonial e parte do período Imperial (MONTEIRO, 2014).

Devido à importância das Casas de Câmara e Cadeia na história e na cultura nacional, estas edificações foram as primeiras a compor a lista de tombamento do IPHAN deste os anos 1930 (MONTEIRO, 2014). Algumas destas construções têm resistido ao tempo e sobrevivido até os dias atuais. De uma maneira em geral, a maioria das Casas de Câmara e Cadeia encontram-se em péssimo estado de conservação, perdendo suas principais características coloniais, tipologias tão importantes para o patrimônio histórico e artístico nacional (BARRETO, 1978).

No entanto, segundo a Lista de Bens Tombados e Processos em andamento do IPHAN, existem ainda hoje vinte e cinco Casas com esta tipologia em todo o país. A Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra se destaca, pois é a única no Estado do Rio de Janeiro, tombada e conservada (Tabela 2).

**Tabela 2 – Lista das Casas de Câmara e Cadeia no Brasil**

Estado \ Municípios	Ano de Construção	Ano de Tombamento
BA\ Cachoeira	1712	1941
BA\ Porto Seguro	1756	1968
BA\ Rio de Contas	1835	#
BA\ Santo Amaro	1836	1941
BA\ Santa Cruz Cabralia	1835	1979
BA\ Salvador	1660	1952
CE\ Aquiraz	1877	#
CE\ Aracati	1779	1973
CE\ Caucaia	1781	1939
CE\ Icó	1744	1962
CE\ Quixeramobim	1818	1964
GO \ Goiás	1761	1942
GO \ Pirenópolis	1727	#
MG\ Mariana	1795	1938
MG\ Ouro Preto	1795	1938
MG\ Pitangui	1715	#
PE\ Brejo da Madre de Deus	1833	1987
PB\ Pilar	1877	1941
PR\ Lapa	1866	1938
<b>RJ\ São João da Barra</b>	<b>1794</b>	<b>1965</b>
RN\ Acari	1855	1964
RN\ Vila Flor	1860	1962
SP\ Atibaia	1836	#
SP\ Santa Bárbara do Oeste	1896	1962
SP\ Santo	1835	1936

Fonte: Lista de Bens Tombados e Processos em andamento (1938 – 2015), IPHAN, 2015

Vale ressaltar que, no início do período Republicano, muitas Casas de Câmara de Cadeia foram derrubadas e reformadas para construir em seu lugar novos prédios símbolos do poder público, por isso, o reduzido número de Casas de Câmara e Cadeia conservadas atualmente (MONTEIRO, 2014). Mas, as que resistiram a esse período foram tuteladas pelo Estado e preservada com um ícone do início da implementação das cidades e da urbanização no país.

Atualmente, as Casas de Câmara e Cadeia tornaram-se sinônimo do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Sua preservação ressalta a importância da política colonial constituída no Brasil. No entanto, Schwarz (2005), chama a atenção para a importância que esses bens culturais adquiriram a partir da Revolução de 1930. A nova concepção de cultura modificou o imaginário nacional as relações sociais, culturais, econômicas e

políticas, trazendo assim, novas exigências para o Estado brasileiro onde o reconhecimento da nacionalidade passou a ser essencial para a afirmação do regime.

Desta forma, o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra pode ser entendido como uma forma de coesão social praticada pela ditadura militar, assim como muitas outras estabelecidas em todo o país. Segundo Schwarz (2005) os militares, em 1964 dão continuidade às políticas de tombamento iniciada no governo Vargas nos anos 1930. A ênfase ao cenário cultural desvia um pouco a atenção dos demais acontecimentos como a violência e os abusos de poder, além de criar uma ideia de hegemonia brasileira. O Estado, ou melhor, os militares que tinham o controle do Estado brasileiro, prevaleciam-se da valorização do patrimônio cultural material que apela para o sentimento burguês, aristocrata e paternalista das classes dominantes para fortalecer seu poder.

Enquanto, os esquerdistas em sua maioria estudantes, sociólogos, economistas, escritores entres outros intelectuais conquistavam espaço através da musica e da cultura popular, da literatura, do teatro e das letras editoriais universitárias. Já que, o patrimônio cultural dito como oficial salientava valores que regulamentava a ideologia proposta pelo governo vigente da época (SCHWARZ 2005).

Com um intervalo de mais de dez anos, o segundo bem beneficiado pela política preservacionista em São João da Barra, foi o prédio do Grupo Escolar Alberto Torres, no final da década de 1970 (INEPAC II, 2004). Embora, o órgão responsável por este tombamento fosse diferente do primeiro, INEPAC e não IPHAN pode-se observar que, o contexto histórico e cultural que ocorreu às ações era o mesmo, a ditadura militar. A política rígida, censurada e muita vez violenta dos militares, ainda estava em vigor no ano em que o bem cultural material foi tombado (1969), ou seja, tal ação ainda representava um meio de coesão social (SCHWARZ 2005).



Foto 8: Palácio Cultural – Antigo Grupo Escolar Alberto Torres ano de 2015. Fonte: Arquivo da Autora



Foto 9: Palácio Cultural – Antigo Grupo Escolar Alberto Torres ano de 1940. Fonte: João Oscar

Agora, os valores destacados não são os do patrimônio nacional, mas os que distinguem a importância da história estadual. Desta forma, o INEPAC em 1969 registra a antiga casa do armador de navios Manoel José Nunes Teixeira como um bem cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC II, 2004).

O sobrado estilo chalé romântico do século XIX é um imóvel urbano que foi construído para ser a residência de um dos mais ricos armadores da vila na época (OSCAR 1976). Localizado na parte central da cidade, na confluência das ruas dos Passos e Coronel Teixeira, a casa fica próximo à Praça São João Batista e a duas quadras do antigo porto. A fachada principal do sobrado conta com oito janelas e quatro sacadas corridas em serrallharia no andar superior. Nas fachadas laterais, somam-se vinte e quatro janelas, e todas do segundo piso com sacada (INEPAC II, 2004).

Em 1922 o prédio foi doado ao Estado e em suas dependências foi instalado o Grupo Escolar Alberto Torres de São João da Barra. A casa por quase cinquenta anos serviu como escola, só teve suas atividades interrompidas quando esta foi obrigada a ser transferida para um novo lugar, devido à precariedade física do imóvel. (INEPAC II, 2004). Por muitos anos o prédio ficou abandonado, desocupado e em péssimas condições, tendo sido até interdito pela Defesa Civil. Porém em 2004 a edificação é restaurada e passou a abrigar o Palácio Cultural do município.

Vale ressaltar, que o prédio não foi tombado apenas por sua arquitetura, mas, pela função social que exerceu durante anos no município (INEPAC II, 2004). Um dos maiores símbolos do poderio da região Norte Fluminense e mesmo do Estado do Rio de Janeiro no século XIX, eram as casas, solares e palacetes fruto do intenso urbanismo trazido pelo *boom* econômico da cana de açúcar. Tais residências tinham a necessidade de abrigar as famílias em uma estrutura ampla, confortável e muito mais luxuosa que as rústicas casas das fazendas (INEPAC I, 2004).

As ricas edificações tinham como objetivo demonstrar à prosperidade, ostentando a nobreza e os títulos dos senhores de engenhos na tentativa de reproduzir o cenário das cortes europeias, que é de onde provinham a maioria das mobílias, luminárias e enfeites que ornamentavam tais moradias. A elite distinguia-se da do restante da população justamente pelo estilo e adereços de suas casas (INEPAC II, 2004).

As residências sempre que possível ocupavam os lugares de evidência na cidade, somente superados, pelas capelas e igrejas (INEPAC I, 2004). Associado à paisagem, estes imóveis representam uma parte da riqueza cultural do Estado e também da região Norte Fluminense. Suas paredes carregam a produção simbólica e material capaz de expressar as experiências social, econômica e política da sociedade do município. E isso é fundamental que seja preservado, protegido e conservado para as gerações futuras.

Após o tombamento do Grupo Escolar, mais de três décadas se passaram e nenhuma política cultural é realizada em benefício do patrimônio cultural material de São João da Barra. Em 2003, o INEPAC em parceria com o SEBRAE e a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro implementou o “Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis; Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro” na cidade que registrou doze bens materiais de interesse cultural no município (Tabela 3).

**Tabela 3 – Sinóptica Bens Inventariados do Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis do Estado do Rio de Janeiro.**

<b>Município/ Código ficha de inventário</b>	<b>Denominação do Bem Imóvel</b>
<b>São João da Barra</b>	
SJB-CA-01	Casa de Câmara e Cadeia
SJB-CA-02	Grupo Escolar Alberto Torres
SJB-CA-03	Igreja de São João Batista
SJB-CA-04	Igreja de N. S. da Boa Morte
SJB-CA-05	Igreja de São Benedito
SJB-CA-06	Casa do Barão de Barcelos
SJB-CA-07	Mercado/Centro Cultural
SJB-CA-08	Fórum
SJB-CA-09	Foz do Rio Paraíba do Sul, Manguezal Ilha da Convivência e outras
SJB-CA-10	Usina Barcelos
SJB-CA-11	Atafona
SJB-CA-12	Núcleo Urbano de São João da Barra
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis; Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro, INEPAC, 2004.

Nota-se, mais uma vez que, a iniciativa de resguardar os bens culturais locais é tomada por órgãos externos. Ou seja, quem faz as considerações do que é importante ou não, para se perpetuar nas gerações futuras da cidade não é o poder municipal, atendendo as necessidades locais, mas o poder estadual. Torrico (2012) salienta que, junto aos registros dos bens culturais vêm agregados valores e conceitos que visam às particularidades do lugar. Em São João da Barra, como pode-se observar, estas peculiaridades são determinadas pelo Estado, e com isso, importantes características locais são ignoradas, passando despercebidas.

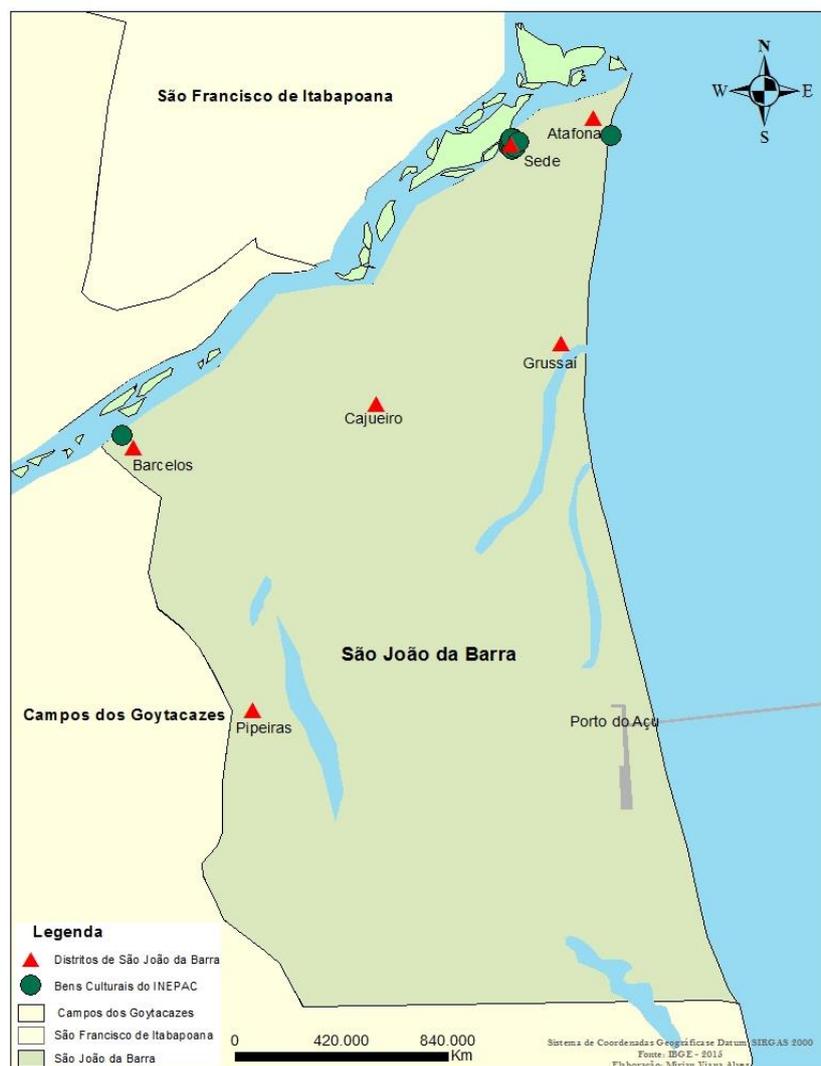
No entanto, devemos ressaltar que, de acordo com algumas personalidades públicas que entrevistamos, o município aproveitou-se do inventário realizado pelo

INEPAC no ano de 2003 para consolidar os bens que a população de São João da Barra identificava como seu patrimônio cultural. Pode-se observar que, em sua maioria os bens listados são igrejas, estabelecimentos comerciais e industriais, casas e paisagens que representam muito mais a memória da formação político, econômica e cultural da comunidade local da queda região.

Os entrevistados salientam também que, após a realização do “Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis” o conjunto de patrimônio cultural material de São João da Barra obteve um salto significativo, pois o município passou a reconhecer os bens culturais listados, como patrimônio cultural da cidade e, entre os anos de 2004 a 2012, algumas ações públicas foram realizadas em função da preservação destes bens culturais. Ainda durante este período (2004 a 2012), outros bens foram identificados, restaurados e utilizados com espaço cultural no município como é o caso da Estação das Artes Derly Machado, a Casa de Câmara e Cadeia, Palácio Cultural e o Cine Teatro.

A maioria dos bens culturais selecionados pelo “Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis” (INEPAC II, 2004) referem-se a bens situados no Núcleo Urbano de São João da Barra, no distrito sede que inclusive delimitam este espaço, desconsideram a zona rural composta pelos distritos de Cajueiro e de Pipeira (Figura 9). Tais distritos não apresentam nenhum bem de excepcional valor cultural, como os distritos de Atafona, Grussaí, Barcelos e a sede São João, mas faz parte da história e tem uma importante participação da formação do município.

**Figura 6: Mapa de Localização dos Bens Culturais do Projeto de Inventário do INEPAC em São João da Barra**



Fonte: IBGE, modificado pela autora, 2015

Atualmente, o distrito de Pipeiras tem passado por uma grande transformação com a instalação do Complexo Portuário do Açu. Considerado um dos maiores empreendimentos porto-indústria da América Latina, o Superporto do Açu, deverá movimentar cerca de 350 milhões de toneladas por ano, entre exportações e importações, se tornando assim, um dos três maiores complexos portuários do mundo (PEDLOWSKI, 2013).

O projeto original do Porto do Açu prevê a ocupação de uma área de 1.900 hectares e dentro desta área deverá ser construído um complexo logístico com 90 km<sup>2</sup>, que contará com diversos tipos de indústrias e serviços como: siderúrgicas; usina termoelétrica; cimenteiras; polo metal mecânico; usinas de pelletização de minério de

ferro; unidade de tratamento de petróleo, e depósito de armazenamento de produtos (KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010). O distrito de Piperas, hoje perdeu a maior parte do seu território para o completo portuário, e mais uma vez, a cultura local é sacrificada em nome do progresso e desenvolvimento, e o poder municipal apóia deixando suas tradições, seus valores, sua população a mercê de projetos externos ao município. Mesmo que neste distrito não tenham nenhum registrado de bem material relevante para a história e cultura do município, consideramos que os impactos gerados pela construção do porto atingirão todo o município, sobretudo o distrito que sede do porto - Piperas. E não havendo um programa político definido de atuação na área da cultura e da preservação dos bens culturais, certamente estarão mais vulneráveis aos projetos urbanos modernizadores que não levam em conta este patrimônio.

Baseando na lista do “Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis; Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro”, entre os meses de novembro de 2014 e de abril de 2015 foram aplicados 65<sup>11</sup> questionário sem São João da Barra para verificar se realmente os moradores do município reconheciam tais bens culturais. O questionário está composto de vinte perguntas. Sendo as seis primeiras sobre dados socioeconômicos dos entrevistados e mais quatorze sobre conhecimento de patrimônio cultural geral e do município (Anexo).

Na pergunta PC.4 foi apresentado aos entrevistados uma relação de dezoito bens culturais materiais no município. Esta relação foi elaborada levando em conta os dois bens tombados da cidade e oito bens do inventário do INEPAC acima mencionado, somando assim dez bens. Desconsideramos os bens arrolados como “Foz do rio Paraíba do Sul, manguezal, ilha da Convivência e outras”<sup>12</sup> e “Núcleo urbano de São João da Barra”. O primeiro por não se enquadrar como um bem material *strito sensu*; o segundo não foi considerado, porque nele estavam todos os bens identificados individualmente. Consideramos sim outro trecho como Núcleo Histórico, conforme será explicado mais adiante.

---

<sup>11</sup>De acordo com o método proposto por LAKATOS, e MARCONI (2007), determinamos que 65 questionários era o tamanho mínimo para uma amostra válida, tendo em conta a população total do município. Para se calcular uma amostra válida é necessário considerar a população real que se deseja estudar e o nível de confiabilidade que se pretende atingir, as variáveis que possam influenciar seu resultado e uma margem de erro. Após a análise e o cálculo destas variáveis o resultado é o número de questionário que validará sua pesquisa.

<sup>12</sup>Esta área foi tombada como parte do processo de tombamento (E-18/300.459/1985), que corresponde ao Litoral Fluminense e se estendem por mais de um município.

Posteriormente, oito bens foram identificados por mim durante a leitura bibliográfica sobre o município e embora não constassem em nenhum inventário e foram incluídos na pesquisa; são eles: Cine-Teatro; Indústria Thoquino; Estação das Artes Derly Machado; Igreja de Santo Amaro em Grussaí; Igreja Nossa Senhora da Penha em Atafona; SESC Mineiro em Grussaí; Fazenda Santa Maria e Balneário de Atafona (Tabela 4). Alguns destes bens culturais selecionados para esta pesquisa no município, tais como, o Cine Teatro, datado do final do século XVIII, a indústria Thoquino, de 1908, a Estação das Artes, antiga estação ferroviário erguida em 1897 (SITE DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2014; FEYDIT, 1900), representam a memória local, as particularidades de São João da Barra e quiçá, por esta razão, não foram incluídos no estudo realizado pelo Estado, porém, para o nosso estudo eles eram fundamentais.

**Tabela 4 – Bens Culturais Selecionados para o Questionário**

Nº	BENS
1	Casa de Câmara de Cadeia
2	Palácio Cultural Carlos Martins
3	Centro de Cultural Nacisa Amália
4	Cine Teatro
5	Estação das Artes Derly Machado
6	Solar do Barão de Barcelos
7	Fórum Municipal
8	Usina de Barcelos
9	Indústria Thoquinos
10	Igreja Nª Sª Boa Morte
11	Igreja Matriz de São João da Barra
12	Igreja São Benedito
13	Igreja Nª Sª da Penha
14	Igreja São Pedro
15	Igreja Santo Amaro
16	Sesc Mineiro de Grussaí
17	Balneário de Atafona
18	Fazenda Santa Maria

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

Os bens culturais listados eram conhecidos pela população que respondeu o questionário. Na verdade, foram poucos menos de 26% dos entrevistados que não conheciam mais de dez bens culturais do questionário (Tabela 5). Vale ressaltar que, o termo conhecer nesta pergunta, significava saber qualquer informação sobre o imóvel, como sua origem, ano de construção, função antiga ou atual.

**Tabela 5 – Quantidade dos Bens Culturais conhecidos pela população de São João da Barra**

Mais de 10 (dez) bens edificadas	42%
Menos de 10 (dez) bens edificadas	15%
Menos de 05 (cinco) bens edificadas	05%
Todos os bens edificadas	06%
Todos os bens edificadas, menos a Fazenda Santa Maria	26%
Nenhum	0%
Total	100%

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

Os entrevistados relataram que conheciam os patrimônios culturais por que estes faziam parte do seu dia-a-dia. Dos entrevistados, 60% congregavam nas igrejas citadas e mais de 90% já participaram de algum evento nos bens culturais citados, sejam festas, cerimônias de casamento, batizados, missão, encontro, exposição entre outros acontecimentos.

No gráfico 2 é possível observar que 82% da população que participou da nossa amostra praticam atividades religiosas, demonstrando que São João da Barra é um município religioso, ou melhor, com uma forte tradição religiosa, principalmente a católica. Devido a esta realidade, muitas manifestações culturais ligadas à igreja e aos seus diversos oráculos são praticadas no município, o que de uma forma direta ou indireta contribui para a divulgação do patrimônio cultural da cidade. Outro ponto interessante é a prática de atividades culturais com 80% e a prática de atividades festivas ou recreativas com 60%. Tais atividades geralmente acontecem em praças, igrejas ou prédios públicos aumentando ainda mais o contato da população sanjoanense e seus bens culturais.

**Tabela 6 - Atividades praticadas pela população de São João da Barra**

Atividades	Participantes
Esportiva	47%
Cultural	80%
Religiosa	82%
Festiva /Recreativa	60%
Ligada a Natureza	28%
Todas as atividades	05%

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

Outro ponto observado após a aplicação dos questionários foi o conhecimento que a população amostral apresentou sobre o assunto. Quando questionados se sabiam ou já haviam ouvido falar em patrimônio cultural, as respostas positivas foram muito maiores que as negativas (Tabela 7).

**Tabela 7 – Você sabe ou já ouviu falar em Patrimônio Cultural?**

Entrevistado	Sim	Não
91%	<b>X</b>	
09%		<b>X</b>

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

Em relação às informações sobre os bens culturais materiais locais, a população amostral apresentou certo conhecimento sobre o assunto. Embora, 82% dos entrevistados (Tabela 8) tenham respondido que conheciam algum patrimônio cultural do município, valer salientar que, tal reconhecimento resumia-se na identificação visual dos prédios que faziam parte da paisagem cotidiana da população. O sentimento de pertencimento, herança histórica e cultural da cidade era outro assunto, bem diferente.

**Tabela 8 – Você conhecer algum Patrimônio Cultural aqui em São João da Barra?**

Entrevistado	Sim	Não	Não Sei
82%	<b>x</b>		
10%		<b>x</b>	
08%			<b>x</b>

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

A idade dos entrevistados foi um ponto que não influenciou sobre o conhecimento apresentavam sobre o tema. Tantos os mais jovens quanto os mais idosos, todos demonstravam o mesmo tipo e nível de informação sobre o patrimônio cultural local. Se observarmos a idade da população amostral da presente pesquisa, varia entre 15 anos e 53 anos como demonstra a tabela 9 abaixo. Mas, as experiências adquiridas ao longo da vida não contribuíram muito para que a população mais idosa de São João da Barra obtivesse um conhecimento diferenciado. Tanto a nova quanto a antiga geração apresenta as mesmas noções em relação aos bens culturais.

<b>Tabela 9 - Faixa etária dos entrevistados</b>	
Anos	Entrevistados
15-20	30%
21-30	28%
31-40	25%
41-50	14%
Acima de 51 anos	03%

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

Outro ponto que também não apresentou muitas diferenças nos dados obtidos na pesquisa foi à escolaridade dos entrevistados. Embora, 67% (tabela 10) dos entrevistados não tinham o Ensino Médio completo, o conhecimento referente ao patrimônio cultural apresentado pela população era linear. Ou seja, o conhecimento sobre os bens culturais e sua preservação, tanto para os que tinham ensino superior quanto para os que tinham ensino fundamental ou médio, era o mesmo. Pois, o município não fornecia programas ou políticas culturais que auxiliassem as gerações sobre a importância do seu patrimônio cultural.

<b>Tabela 10 - Escolaridade e dos entrevistados</b>	
Escolaridades	Entrevistados
Fundamental Completo	11%
Fundamental Incompleto	16%
Ensino Médio Completo	28%
Ensino Médio Incompleto	40%
Superior Completo	04%
Superior Incompleto	01%
Pós-Graduação	0%

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

Alguns dos entrevistados mencionaram que obtiveram as poucas informações sobre os bens culturais, sobretudo através da escola. Mas, ressaltam que é um esforço quase que individual de professores interessados no assunto e não uma proposta vinda da secretaria de educação do município. Outros tiveram contato com o tema através de

projetos socioeducativo, principalmente os desenvolvidos pela secretaria de Meio Ambiente que utilizar a barca da ciência para passar a importância de ser protegidos os bens naturais da região.

Desta forma, o foco sobre a preservação do patrimônio cultural de São João da Barra é sempre realizada por partes de interesse e muito superficialmente. Isso deve-se as políticas escolhidas pelo poder municipais em função da proteção dos bens culturais. O interesse do governo local em assegurar o patrimônio cultural deixa cada vez mais a desejar e permite que sua população viva a mercê de suas heranças históricas e culturais.

Como foi apresentado acima, o conhecimento da população sanjoanense sobre seus bens culturais é muito simplório, mas para o desenvolvimento deste estudo foi satisfatório. Principalmente para a formulação da conclusão de uma das propostas da pesquisa, que era a identificação dos bens culturais materiais do município. Neste sentido, a população sanjoanense contribuiu no reconhecimento dos bens culturais locais.

Desta forma, após a aplicação dos questionários foi possível elaborar um conjunto de bens culturais diferente do apresentado pela IPHAN e pelo INEPAC. Com vinte bens materiais incluindo igrejas, prédios públicos, residências, indústrias e espaço de lazer de São João da Barra, hoje o município apresenta um conjunto maior e mais diversificado do seu patrimônio cultural. Vale ressaltar, que todos os bens listados foram apontados e reconhecidos pela população amostral da pesquisa como patrimônio cultural do município.

**Tabelas 11 – Tabelas de Bens Culturais Materiais de São João da Barra**

<b>Patrimônio Cultural Material de São João da Barra</b>	
<b>Nº</b>	<b>Bens</b>
01	Balneário de Atafona
02	Beira rio - porto dos barcos
03	Casa de Câmara e Cadeia
04	Centro Cultural - Nacisa Amália
05	Cineteatro
06	Estação das Artes - Derly Machado
07	Fórum Municipal
08	Igreja Boa Morte
09	Igreja São Benedito
10	Igreja São Pedro
11	Igreja Santo Amaro
12	Igreja Matriz de São João Batista
13	Igreja N. S. da Penha
14	Indústria Thoquino
15	Muros do Cemitério São João
16	Núcleo Histórico
17	Palácio Cultural - Carlos Martins
18	Sesc Mineiro de Grussai
19	Solar do Barão de Barcelos
20	Usina Barcelos

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

Figura 7: Mapa de Localização dos Bens Culturais da Pesquisa em São João da Barra



Fonte: IBGE, modificado pela autora, 2015.

### **5.3 – POLITICA PÚBLICAS E AÇÕES DE PRESEVAÇÃO EM SÃO JOÃO DA BARRA**

As políticas públicas de cultura não devem resumir-se apenas à promoção de eventos e pontuais ações preservacionistas de edifícios históricos. As políticas públicas de cultura, como já mencionamos anteriormente, com base em Coelho (1999: 293), se definem por ser um programa de intervenções onde deve atuar o conjunto da sociedade, com o intuito de prover as necessidades culturais da população e desenvolver suas ações simbólicas.

Para tanto, é necessário o desenvolvimento de um programa contínuo, onde se inclua a criação de leis de incentivo e a proposição de editais, por exemplo, (SEMENSATO, 2010). Sendo, São João da Barra um município do interior, onde em geral a oferta é ainda mais reduzida, o poder público deve assegurar, por meio de programa consistente, a oferta de atividades culturais para todos os públicos (faixa etária, etnia, gênero, etc.), evitando a pratica de “eventos” ou atividades ocasionais com nomes de grande apelo de público (SEMENSATO, 2010).

O papel do poder municipal é por tanto o desenvolvimento de ações e de políticas permanente e progressiva no âmbito da cultura. Políticas que de condições tanto para a formação do público como também dos produtores culturais. Pois o estímulo à cultura não é realizada de um dia para outro, este processo exige tempo e dedicação.

No entanto, de acordo com os dados levantados pela presente pesquisa, São João da Barra numa possuiu leis municipais de cultura, e sequer leis destinadas à proteção e conservação dos bens culturais. Na verdade, as ações preservacionistas encontradas no município não correspondem às acepções que definem as políticas públicas de cultura, mas, refere-se a um ato aleatório, cujo objetivo é a conservação do “poder simbólico” (BOURDIEU, 2003), considerando que os bens culturais exercem influência sobre as conjunturas políticas e culturais locais.

Como um espaço estratégico, o patrimônio cultural constitui alianças e arranjos não apenas políticos mais sociais que permitem que o poder se organize e se articule na sociedade (BOURDIEU, 2003). Neste sentido, pode-se dizer que as políticas públicas

voltadas para a preservação dos bens culturais são parte de acordos e de negociações entre os grupos sociais que formam dada comunidade. A falta de tais políticas reflete a posição escolhido pelo poder público, pois a ausência de interesse pelo setor cultural (de preservação) indica que o poder local optou por estimular outros setores da sociedade como, por exemplo, a econômica, as influencia político entre outros.

No caso de São João da Barra, a carência no campo cultural (a ausência de políticas) indica a posição escolhida pelo município. Onde o mesmo, prioriza a sua dependência nos órgãos estaduais e fenderias para a preservação dos seus bens culturais. Esta afirmação fica clara na pergunta P.C.9 onde a população é questionada sobre quem dever cuidar dos bens culturais. Nas respostas o município foi o menos assinalado como responsável pela preservação do patrimônio cultural, afirmando a ideia de que o poder local de São João da Barra não da ênfase as políticas culturais, apenas utiliza-se das já estabelecida pelo INEPAC e pelo IPHAN (Tabela 12).

**Tabela 12 - Em sua opinião quem deve cuidar dos bens culturais?**

Órgãos	Entrevistados
Poder Federal	11%
Poder Estadual	23%
Poder Municipal	8%
Poder Civil/ Sociedade	23%
O proprietário	0%
Todos	35%

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

A ideia que prioriza as respostas da população amostral de São João da Barra nos demonstra que a opção todos (com 35%) é quem devem cuidar dos bens culturais. Mas, por traz desses todos, nota-se claramente o idealismos construiu em torno das políticas culturais do município, onde o poder local transfere sua responsabilidade para os demais membros que compõem o ambiente social, sem se importar com as referência culturais que a sua população pode adquirir. Sabe-se que o campo da preservação cultural é um ambiente construído onde se aperfeiçoam todos os tipos de relação, sejam elas, sociais, políticas, econômicas e culturais (BOURDIEU, 2003), mas os valores e símbolos enfatizam-se são daqueles que ditam o que dever ser preservar.

Mas, como ressalta Laraia (2001), se tratando de cultura é preciso analisar com cautela e flexibilidade todos os casos, pois, “toda a cultura depende de símbolos. Todo

comportamento humano se origina no uso de símbolos.” (LARAIA 2001, p. 56). Ou seja, os símbolos são fundamentais para a cultura. A própria definição de patrimônio cultural prioriza os objetos, os monumentos, as edificações que caracterizam a versatilidade dos símbolos e as políticas que buscam salvaguarda esses bens, precisam pensar de maneira mutável e flexível como ele é.

Este discurso propicia outras maneiras de se refletir sobre a preservação do patrimônio cultural, principalmente o material. Mas, sabe-se que a forma mais usual, de se proteger um bem é o tombamento, embora a Constituição Federal apresente outros instrumentos que promovam a conservação como o registro, o inventário, a vigilância e a desapropriação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

No caso de São João da Barra, o preocupante é que nenhuma das ações tuteladas foi realizada pelo município, todas partem de um órgão federal ou estadual. A falta de órgãos municipais responsáveis pela preservação dos bens culturais da cidade, assim como a ausência de programas culturais, projetos de preservação e incentivos econômicos, chamam a atenção.

A construção da noção de patrimônio cultural é uma tarefa árdua e de longa trajetória, onde é necessário, a criação de instrumentos que possam auxiliar a sua concepção. Neste sentido, os bens materiais (monumentos, prédios, objetos de artes) e a identidade têm inúmeras e variadas relações. Como particularidade coletiva, o patrimônio tornou-se um elemento fundamental na construção da identidade social/cultural e ainda conseguiu materializar o sentimento de pertencimento conferindo significado e importância aos grupos sociais (CHOAY, 2001).

Assim, a ideia que compõe os bens culturais, o que preservar e como proteger, surge das discussões dos conselhos de cultura; das conferências municipais, estaduais e nacionais; das comissões de cultura, que traçam as melhores estratégias para salvaguarda o legado cultural de uma comunidade. Sem a participação nestas organizações, a comunidade ou o grupo social limita seu conhecimento em relação ao que pode ser ou não, patrimônio e acaba legitimando qualquer coisa, ou elemento que não corresponde a suas tradições. E assim, vivem a sombra dos interesses político-culturais das sociedades contemporâneas (GONÇALVES, 2007; SEMENSATO, 2010).

Os espaços de debates criados pelos conselhos e comissões, refletem à cooperação popular, onde os interesses locais são colocados em destaque e as referências culturais são debatidas, estruturadas, votadas e selecionadas. Este tipo de atividade fortalece não apenas as políticas públicas culturais do município, mas também contribui para as políticas culturais estaduais e nacionais (SEMENSATO, 2010).

Em São João da Barra, de acordo com F. B., ex-secretário de cultura do município, em entrevista à nossa pesquisa, a cidade nunca contou de fato com nenhum Conselho de Cultura, Secretaria, Plano ou Conferência sobre a questão do patrimônio cultural. As participações nas conferências sejam federais, estaduais ou regionais eram apenas um compromisso político-social, para obter as vantagens e benefícios dos governos. Segundo F. B., tais entidades, não passavam “de fachada obrigatória que o governo local usava para garantir direitos” (F.B, Entrevistado em 2015) e o acesso aos recursos federais.

Já a atual subsecretária de educação e cultura de São João da Barra, A.C. nos relatar que existe, (pelo mesmo de nome) um conselho de cultura no município. Mas, também não saberia me informa quem são seus membros, quando ou onde se reuni, afirmando a fala do F.B.

“Algumas coisas de culturais, os eventos, as palestras culturais em escolas são realizadas por professores interessados no tema. Os shows ficam por conta da secretaria de turismo e planejamento. A educação não tem verba nem pessoal suficiente para organizar eventos, ou seja, a cultura fica nas mãos das pessoas que se interessam e gostam de cultural”(A.C. Entrevistado em 2015).

O deportado A.F. que também nos concedeu entrevista, afirma que hoje é a câmara municipal que tem realizado algumas ações em função da proteção do patrimônio cultural de São João da Barra. Mas, A.F. também reconhece que muito ainda preciso ser realizado, principalmente em função da nova geração e a manutenção das tradições locais.

Para A.F. a escola associado a projetos é quem deveria passar esses ensinamentos para as crianças. “É na escola que as crianças aprendem a cuidar do que é seu e do outro, cuidar do que é importante para a cidade, então é lá que devem desenvolver projetos para o cuidado e proteção do patrimônio cultural. Curioso é que

aqui no município, pelo menos a meu ver, quem tem feito este trabalho são as igrejas, as irmandades, na verdade. Elas cuidam das igrejas e passa essa tradição de pais para filho, mãe pra filha, pra neta e assim vai”(A.F. Entrevistado em 2015).

Desta forma, é possível perceber que mesmo com a inexistência de representações legais ativas na composição do poder municipal de São João da Barra, as políticas, ou melhor, as ações culturais voltadas para a preservação dos bens culturais acontecem de alguma forma. Os órgãos competentes contribuem muito para a valorização da história, da importância e das particularidades da cidade, mas é a população, os movimentos sociais e culturais que alimentam a preservação e a conservação o patrimônio cultural. E em São João da Barra a atuação religiosa é muito forte como já vimos nas respostas dos questionários, e Bourdieu (2003), já ressaltava que sem a participação do povo o patrimônio cultural não existe, não tem sentido nem valor.

A população entrevistadas de São João da Barra, demonstram a importância da fala do Bourdieu (2003), pois embora, ela viva em uma situação onde as políticas culturais são escassas, a população sanjoanense entende a importância de se preservar o patrimônio cultural. Afirmando que os órgãos legais são importantes, mas não são fundamentais para o desenvolvimento da conscientização das políticas culturais.

De acordo com os dados adquiridos com a aplicação dos questionários na população amostral do município, mais de 90% dos entrevistados julgaram que o cuidado e a conservação dos bens culturais é algo importante, e deve sempre esta na pauta das políticas públicas como demonstra a tabela 13 a baixo.

**Tabela 13 – Você acha importante cuidar destes bens culturais?**

<b>Entrevistado</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
95%	<b>X</b>	
05%		<b>X</b>

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

A conservação do patrimônio cultural material de uma localidade contribui não apenas em manter a história e a memória da cidade, como também contribui para o

desenvolvimento, principalmente econômico do lugar. E os sanjoanenses têm conhecimento disso, como mostra a fala de um dos entrevistados, onde ressalta que a preservação dos bens culturais:

“Atraem empregos, turistas, empresas, hotel coisas que ajudam o desenvolvimento da cidade. E ajuda também, a gente conhece a história da cidade, assim a gente fica sabendo a história dos prédios, das igrejas, das casas, essas coisas. Para mim, é muito importante cuidar dos patrimônios culturais” (QUESTIONÁRIO 12, 2014).

Os sanjoanenses reconhecem que preservar seus bens culturais é importante – os solares, as igrejas, os prédios públicos típicos do período da colonização - não apenas como vestígio do passado, mas para o futuro da cidade e para o desenvolvimento social da sua população, seus valores e tradições culturais.

Com a ausência das políticas culturais em São João da Barra, a população local acostumou-se com a falta de tais referências e assim jugam satisfatórios a realidade atual dos bens culturais do município conforme a tabela 14. Porém, tal fato passa longe de ser o ideal dentre as atribuições das políticas culturais.

**Tabela 14 – Você está satisfeito com a preservação do patrimônio cultural de São João da Barra?**

<b>Entrevistado</b>	<b>Satisfeito</b>	<b>Não Satisfeito</b>
90%	<b>X</b>	
10%		<b>X</b>

Fonte: Pesquisa da Autora, 2015.

Com a pouquíssima experiência e com apenas o conhecimento local das ações pontuais realizadas pela prefeitura em função da conservação física dos bens culturais a população de São João da Barra entendi que estas atividades são satisfatórias para a preservação do patrimônio cultural. Mas uma vez, pode-se perceber que a ideia de preservação que os sanjoanenses têm em relação ao patrimônio cultural é superficial. E como os prédios estão em um estado de conservação aceitável, para eles, os bens culturais estão bem cuidados.

No entanto, vale ressaltar que a política cultural é muito mais que conservar a arquitetura dos bens culturais, ela também é a manutenção da memória, do uso e da referência do patrimônio cultural. Fazer com que a população entenda a relevância dos seus bens, a peculiaridade que esses têm na dinâmica social local, regional e nacional é o ponto chave da discussão, por isso é importante manter um canal de incentivo à cultura aberta para todos os grupos sociais de uma sociedade (TORRICO, 2012; CHOAY, 2001).

A preservação do patrimônio cultural é fundamental, o desenvolvimento de ações, programas, investimentos constantes que permita o crescimento tanto da população quanto dos governantes locais referentes aos bens culturais. O avanço das políticas culturais ajuda a perpetuar o legado do patrimônio cultural de uma sociedade, além de contribuir na estruturação da política, da economia, do social e das leis que formam uma sociedade (TORRICO, 2012).

A perda desde valores e significados implica na falta de identidade, de legitimidade local. Sem tais atributos, a população torna-se alvo facilmente manipulável, principalmente pelo poder político (GONÇALVES, 2007). Os momentos mais propícios para as manipulações são as mudanças de governos e o crescimento populacional significativo, como a migração devido ao Porto do Açúcar em São João da Barra.

Monnet (1996), já ressaltava que a preservação cultural é um ato justificável a qualquer interesse. A proteção dos bens culturais compõe-se do controle das memórias, dos símbolos e dos valores que formam a cultura, e conseqüentemente, a sua proteção exerce uma forte influência sobre a comunidade e o que será deixado para as gerações futuras, e esse é um grande trunfo, principalmente para o poder político. A eficiência desse discurso garante a gestão pacífica da comunidade e ainda se apresenta como um instrumento “apolítico” (MONNET, 1996 p. 226). Tal pensamento pode ser aplicado na formulação das políticas culturais também, e no caso específico de São João da Barra, justificaria a posição do poder local em relação ao patrimônio cultural.

Os bens culturais são álibi utilizado pela política, pela economia, são meio para atingir fins. Ao cuidar da parte material dos bens culturais a prefeitura de São João da Barra, atendeu aos seus próprios interesses, ao mesmo tempo supre as expectativas de

parte da população. O que os olhos ver estão arrumados, conservado e para o poder municipal é suficiente, isso atrai turistas, fortalece a economia, a história, a cultura, a tradição são passada pelos próprios grupos sociais por que investir nisso se de um modo ou de outro os valores são passado de geração a geração e sempre vai ser passado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

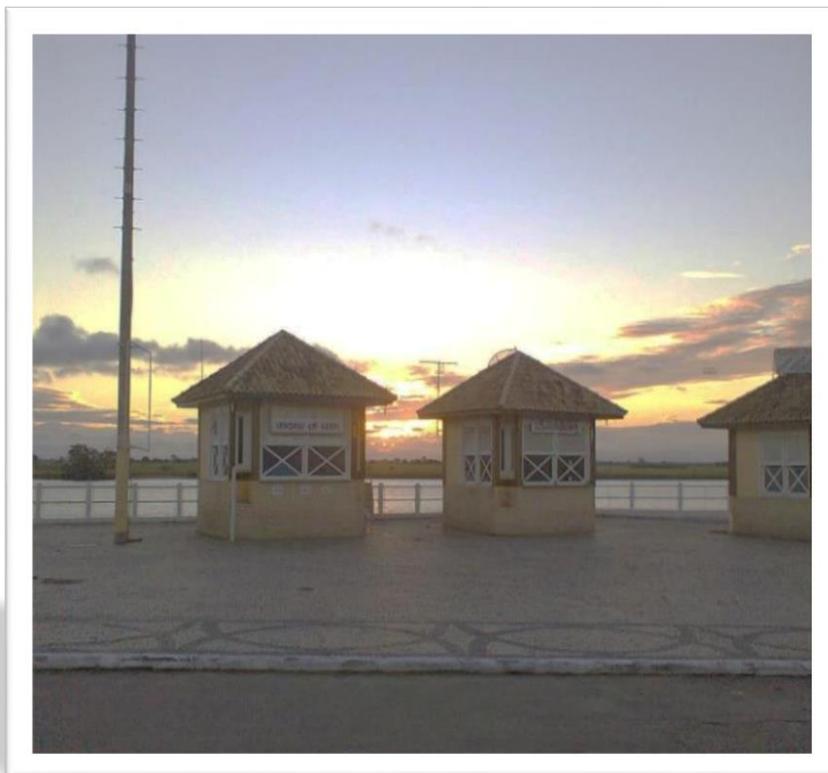


Foto 10: Antigo cais do porto no Rio Paraíba do Sul. Um dos lugares onde pode-se observar um dos mais lindos por do sol de São João da Barra. No lugar também é possível encontrar vestígios do antigo cais.

Considerando os objetivos propostos inicialmente para esta pesquisa, ou seja, identificar os bens culturais existentes em São João da Barra e as políticas públicas de cultura relacionadas à preservação do patrimônio cultural local, pode-se afirmar que os resultados obtidos foram satisfatórios, e contribuíram para esclarecer os questionamentos iniciais.

Entendemos, a partir das discussões aqui traçadas que as políticas culturais, isoladamente, não conseguem atingir seus objetivos. Então para que essas políticas consigam intervir e transformar a realidade cultural de uma comunidade é necessário a parceria de todos os atores sociais envolvidos neste processo: as instituições (federais, estaduais e municipais), os gestores que lidam direta ou indiretamente com a salvaguarda do patrimônio cultural e a população local. Sem estas participações os bens culturais não conseguem cumprir sua função social e cultural.

Em São João da Barra, a falta de incentivos do poder municipal faz com que os bens culturais percam seu papel de contribuir para a formação cidadã dos munícipes. O patrimônio cultural pode contribuir enormemente no processo educacional, reforçando o interesse pelo lugar origem e pela história local, fortalecendo a coesão social. As lacunas deixadas pelos gestores municipais, são parcialmente preenchidas pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio em âmbito estadual e nacional.

Desta forma, o que é significativo do ponto de vista da memória e da história do município, são os valores e os símbolos selecionados pelo estado nas outras esferas administrativas. Os bens culturais materiais do município em questão, embora sejam reconhecidos pela população, estão sempre revestidos de uma relevância externa.

Deste modo, a identidade forjada pelo patrimônio cultural do município é sempre frágil, estruturada com base em signos que estão mais relacionados à formação política e cultural do Estado Rio de Janeiro e da União, do que à formação de São João da Barra, tornando assim, o município coadjuvante da sua própria história. A impressão é que São João da Barra ainda não desenvolveu seu potencial cultural, mas está em andamento alguma ação que podem ser reconhecidas, como as reformas e restaurações de parte de seus bens imóveis nos últimos 10 anos. Embora, por meio das entrevistas tenhamos averiguado que boa parte da sua população e alguns dos seus gestores entenda a importância da preservação do patrimônio cultural como fonte de crescimento

humano, político e cultural da comunidade, faltam-lhe posicionamento, ações que recuperem a importância da cultura, favorecendo o relacionamento entre a população sanjoanense e seu patrimônio cultural.

Constatamos que não há *stritu sensu*, uma política pública de cultura de preservação em São João da Barra. Ao tratar com os gestores locais fomos informadas de que não há uma legislação específica, não há um Conselho de Cultura nem de Tombamento. Aparentemente as ações destinadas ao patrimônio cultural material, podem ser definidas como oportunistas, visando algum prestígio político e que ao final, desta forma mantém de pé os edifícios históricos. Para que o município passe a contar efetivamente com uma política cultural, seria necessário primeiramente promover um exaustivo Inventário, dando conta do seu patrimônio (tangível e intangível), a partir de critérios que destacassem os interesses locais, estimulando a participação cidadã. Este Inventário deveria partir, portanto, da comunidade em associação com o poder público que posteriormente teria a possibilidade de desenvolver projetos, que lhe permitissem atuar fortemente com intervenções planejadas.

Em nosso trabalho, conseguimos identificar um conjunto de vinte bens culturais materiais, que são reconhecidos pela população de São João da Barra com parte da sua história. Somente dois destes bens estão tombados, os outros apenas registrados ou sumariamente inventariados pelo INEPAC. E neste caso em parceria com o SEBRAE, cujos interesses vão de encontro ao estímulo ao turismo em todo o estado. Novamente, os critérios que definem os bens deste inventário são alheios à população.

Por fim, esta pesquisa aponta que novos caminhos precisam ser traçados para o patrimônio cultural, sobretudo nos municípios do interior. Os bens culturais primeiramente precisam ter valor em sua localidade, depois nas regiões e estados e, por último, associam aos símbolos nacionais. Sem tal processo, os bens patrimoniais não exercem o papel que lhes são de direito e passam a serem apenas edifícios, ou imóveis como outros existentes na paisagem do cotidiano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Paulo Thedim. **Casas de Câmara e Cadeia**. In Arquitetura Oficial I. São Paulo. FAUUSP e MEC – IPHAN, 1978.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UNB, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1972.

BRANT, Leonardo (org.). **Políticas Culturais** (vol1). Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas S.A. s/d. 2003.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador – Bahia - Brasil.

CAMPOFIORITO, Ítalo. **Patrimônio Cultural: “Onde a cultura existe dar voz a ela”**. In: Revistado Brasil. Edição Especial: Política Cultural no Rio de Janeiro (org – Darcy Ribeiro). Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Ciência e Cultura e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 1986.

CARVALHO, Augusto de. **Apontamentos para a História da Capitania de São Tomé**. Campos: Typ. eLith. de Silva, Carneiro & Companhia, 1988.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Los Usos sociales Del patrimônio cultural.** Em Aguilar Criado, Encarnación. Patrimônio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. Páginas: 16-33. 1999.

CASTRIOLA, Leandro Barci (Organizador). **Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: A Recuperação de um Patrimônio Nacional.** Belo Horizonte – MG. 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural.** São Paulo: Iluminuras, p. 384. 1999.

CONSTITUIÇÃO Brasileira, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FONSECA, M<sup>a</sup> Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

\_\_\_\_\_. **Da Modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 153-163, 1996.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes – Desde os tempos coloniais até a Proclamação da República.** Campos: Typographia de J. Alvarenga & Comp, 1900.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e discurso: os patrimônios culturais como gênero e discurso.** In. OLIVEIRA, L. (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002

\_\_\_\_\_. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios.** Horiz. antropol. vol.11 no.23 Porto Alegre Jan./June 2005.

\_\_\_\_\_. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Rio de Janeiro: IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>.

\_\_\_\_\_. **Evolução da Divisão Territorial do Brasil – 1872 \ 2010.** 2011. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000684181210201118380911960.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000684181210201118380911960.pdf)

ICOMOS, **Declaração do México, México 1985.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 03/07/2015.

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. **Fichas de Inventário Volume I Açúcar.** Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. INEPAC, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fichas de Inventário Volume II Açúcar.** Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. INEPAC, Rio de Janeiro, 2004.

KURY, Karla Aguiar; REZENDE, Carlos Eduardo de; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. **O Entendimento da População de São João da Barra sobre a Influência do Megaempreendimento do Complexo Portuário e Industrial do Açúcar em seu Cotidiano.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, V., 2010, Florianópolis. Anais. Florianópolis - Sc: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade., 2010. p. 1 - 17. Disponível em: . Acesso em: maio de 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEMOS, Mauro Borges; DINIZ, Clelio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes; MORO Sueli. **A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica**. EST. ECON., SÃO PAULO. 2003

MENDONÇA, Sonia. **Por uma sócio-história do Estado no Brasil**. In: IPHAN. A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, 1995.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais**. In: Turismo, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

MICELI, Sergio. SPHAN: **refrigério da cultura oficial**. In: Revista do Patrimônio nº 22. Rio de Janeiro: SPHAN / Pró-memória, 1987, p. 44-47.

MONNET, Jérôme. **O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado**. in: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 24, pp.220-228, Brasília: IPHAN, 1996.

MONTEIRO, Melessa. **Contexto Histórico Memorial Casa de Câmara e Cadeia**. Câmara Municipal de Salvador, 2014.

OSCAR, João. **Apontamentos para a História de São João Da Barra**. Rio de Janeiro, 1974.

PAULA, Dilma Andrade de. **FIM DE LINHA A extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói RJ, 2000.

PESSANHA, Cristiane Borba. **CAMPOS E MACAÉ NA ERA DO PETRÓLEO: EVOLUÇÃO DE INDICADORES NA QUALIDADE DE VIDA**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes Campos/RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZESRJ 2013.

PEDLOWSKI, Marcos Antonio. **Construção do Complexo Industrial do Superporto do Açú provoca danos ambientais e conflitos sociais**. Verbetes do Centro de

<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=134>.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico Artístico e paisagístico do Estado da Guanabara**. Revista do Patrimônio. Rio de Janeiro: 1990, p. 44-47.

PRADO, Caio Junior. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PREFEITURA de São João da Barra. Site da prefeitura.  
<http://www.sjb.rj.gov.br/historico>

RIBEIRO, Ranulfo Vigidal. **Desafios ao Desenvolvimento Regional do Norte Fluminense**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. RJ. 2010.

RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil passado**. In: Revista do Patrimônio nº 24: Cidadania. s.l.: IPHAN / MinC, 1996, p. 97-105.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil**. Arquetextos – Vitruvius. Outubro 2012.  
[www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528).

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: Ensaio Selecionados** / Roberto Schwarz. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo. **As Conferências Municipais De Cultura Como Estratégia De Descentralização E Participação Para As Políticas Culturais No Brasil: O Caso De Campos Dos Goytacazes/RJ, 2006**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos Dos Goytacazes, RJ .2010.

TCE, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. /Estudo Socioeconômico 2014.

TEIXEIRA, Simonne. **Um olhar sobre o Papel do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural** - INEPAC na Construção da Identidade no Estado do Rio de Janeiro. IV Simpósio Nacional de História Cultural. Outubro 2008. Goiânia, Goiás.

TORRICO. Juan Agudo. "**Patrimonio etnológico y juego de identidades**" [en línea]. Revista Andaluza de Antropología, Num. 2, marzo de 2012. <http://www.revistaandaluzadeantropologia.org/uploads/raa/n2/jagudo.pdf> [Consulta: 19 de outubro de 2014]. ISSN: 2174-6796.

TORELLY, Luiz P. P. **Notas Sobre a Evolução do Conceito de Patrimônio Cultural**. Revista Fórum Patrimônio. v. 5, nº 2, 2012. Belo Horizonte. MG. 2012.

VIEIRA, Silviane de Souza. **O tombamento como Prático Social: A atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes RJ. 2003.

UNESCO. **Carta Paris**. Paris. 1972.

\_\_\_\_\_. **Carta de Paris**. Paris 1989.

\_\_\_\_\_. **Cultural Policy a Preliminary Study**. Paris 1969.

\_\_\_\_\_. **Recomendação Paris**. Paris. 1989.

## **ANEXOS**



Questionário Para População

**DP.1** – Qual sua Idade? \_\_\_\_\_

**DP. 2** – Sexo? ( ) Masculino ( ) Feminino

**DP. 3** – Cor?1( ) Branco 2( ) Negro 3( ) Pardo 4( ) Amarelo 5( ) Indígena

**DP. 4** – Qual é o seu grau de escolaridade?

- |                              |                                |
|------------------------------|--------------------------------|
| 1. Fundamental Incompleto( ) | 5. Superior Incompleto ( )     |
| 2. Fundamental Completo ( )  | 6. Superior Completo ( )       |
| 3. Médio Incompleto ( )      | 7. Pós-Graduação Incompleto( ) |
| 4. Médio Completo ( )        | 8. Pós-GraduaçãoCompleto ( )   |

**DP. 5** – Você é de São João da Barra?

1. Sim( ) 2. Não( ) →(Quantos anos moram aqui? \_\_\_\_\_)

**DP. 6** – Você mora na Sede do município ou nos distritos?

1. Sede( ) 2. Não( ) Anotar o distritos \_\_\_\_\_

**P.C.1** –Que Tipo de atividade você pratica em suas horas de lazer?

1. Atividades Esportivas( ) 4. Atividades Festivas Recreativas ( )  
2. Atividades Culturais ( ) 5. Atividades Ligadas a Natureza( )  
3. Atividades Religiosas

**P.C.2** –Você sabe ou já ouviu falar em Patrimônio Cultural?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C.3** – Você conhecer algum Patrimônio Cultural aqui em São João da Barra?

1. Sim( ) 2. Não( ) Não Sei ( )

**P.C.4** – Considerando a lista abaixo, quais destes lugares você conhece?

- |                                     |     |                                 |     |
|-------------------------------------|-----|---------------------------------|-----|
| Casa de Câmara e Cadeia             | ( ) | Sesc Mineiro de Grussaí         | ( ) |
| Palácio da Cultura - Carlos Martins | ( ) | Balneário de Atafona            | ( ) |
| Centro de Cultura - Nacisa Amália   | ( ) | Igreja Nª Sªda Boa Morte        | ( ) |
| Cine - Teatro                       | ( ) | Igreja Martins São João Batista | ( ) |
| Estação das Artes - Derly Machado   | ( ) | Igreja São Benedito             | ( ) |
| Solar Barão Barcelos                | ( ) | Igreja Nª Sª da Penha           | ( ) |
| Fórum                               | ( ) | Igreja São Pedro                | ( ) |
| Indústria Thoquino                  | ( ) | Igreja Santo Amaro              | ( ) |
| Usina de Barcelos                   | ( ) | Fazenda Santa Maria             | ( ) |

**P.C.5** – Quais destes lugares você considera patrimônio cultural de São João da Barra?

- |                                     |     |                                 |     |
|-------------------------------------|-----|---------------------------------|-----|
| Casa de Câmara e Cadeia             | ( ) | Sesc Mineiro de Grussaí         | ( ) |
| Palácio da Cultura - Carlos Martins | ( ) | Balneário de Atafona            | ( ) |
| Centro de Cultura - Nacisa Amália   | ( ) | Igreja Nª Sªda Boa Morte        | ( ) |
| Cine - Teatro                       | ( ) | Igreja Martins São João Batista | ( ) |

Estação das Artes - Derly Machado	( )	Igreja São Benedito	( )
Solar Barão Barcelos	( )	Igreja N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Penha	( )
Fórum	( )	Igreja São Pedro	( )
Indústria Thoquino	( )	Igreja Santo Amaro	( )
Usina de Barcelos	( )	Fazenda Santa Maria	( )

**P.C.6** – Dos bens culturais que você disse conhecer, quais deles vocês já visitou?

1. Todos( ) 2. Mais de dez(10) ( ) 3. Menos de dez (10)( )  
4. Menos ou cinco (5)( ) 5. Nenhum( )

**P.C.7** – O que você conhece sobre estes bens?

1. História do prédio ( ) 2. História dos moradores ou frequentadores ( )  
3. Origem da Construção ( ) 4. Apenas conhece de ouvir falar( )

**P.C.8** – Você acha importante cuidar destes bens culturais?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C.9** – Em sua opinião quem deve cuidar dos bens culturais?

1. Poder Federal( ) 2. Poder Estadual( ) 3. Poder Municipal( )  
4. A Sociedade( ) 5. O Proprietário

**P.C.10** – Você está satisfeito com a preservação do patrimônio cultural de São João da Barra?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C. 11** – Você se lembra de alguma obra em algum destes bens culturais?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C.12** – Numa escala de tempo, isso foi a:

1. Dez (10) anos( ) 2. Cinco (5) anos( ) 3. Dois (2) anos  
4. Um (1) ano 5. Não se lembrar( )

**P.C.13** – Em sua opinião preservar o patrimônio cultural contribui de alguma forma para a valorização da cidade?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C.14** – O que esta preservação significa para quem mora aqui em São João da Barra?

---



---



---



Questionário para Gestores Públicas

**DP.1** – Qual sua Idade? \_\_\_\_\_

**DP. 2** – Sexo? ( ) Masculino ( ) Feminino

**DP. 3** – Cor?1( ) Branco 2( ) Negro 3( ) Pardo 4( ) Amarelo 5( ) Indígena

**DP. 4** – Qual é o seu grau de escolaridade?

- |                              |                                |
|------------------------------|--------------------------------|
| 5. Fundamental Incompleto( ) | 5. Superior Incompleto ( )     |
| 6. Fundamental Completo ( )  | 6. Superior Completo ( )       |
| 7. Médio Incompleto ( )      | 7. Pós-Graduação Incompleto( ) |
| 8. Médio Completo ( )        | 8. Pós-GraduaçãoCompleto ( )   |

**DP. 5** – Você é de São João da Barra?

2. Sim( ) 2. Não( ) —→(Quantos anos morra aqui? \_\_\_\_\_)

**DP. 6** – Você mora na Sede do município ou nos distritos?

2. Sede( ) 2. Não( ) Anotar o distritos \_\_\_\_\_

**P.C.1** –Que Tipo de atividade você prática em suas horas de lazer?

1. Atividades Esportivas( ) 4. Atividades Festivas Recreativas ( )  
2. Atividades Culturais ( ) 5. Atividades Ligadas a Natureza( )  
3. Atividades Religiosas

**P.C.2** –Você sabe ou já ouviu falar em Patrimônio Cultural

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C.3** – Você conhece algum patrimônio Cultural aqui em São João da Barra?

1. Sim( ) 2. Não( ) Não Sei ( )

**P.C.4** – Considerando a lista abaixo, quais destes lugares você conhece?

- |                                     |     |                                 |     |
|-------------------------------------|-----|---------------------------------|-----|
| Casa de Câmara e Cadeia             | ( ) | Sesc Mineiro de Grussaí         | ( ) |
| Palácio da Cultura - Carlos Martins | ( ) | Balneário de Atafona            | ( ) |
| Centro de Cultura - Nacisa Amália   | ( ) | Igreja Nª Sª da Boa Morte       | ( ) |
| Cine - Teatro                       | ( ) | Igreja Martins São João Batista | ( ) |
| Estação das Artes - Derly Machado   | ( ) | Igreja São Benedito             | ( ) |
| Solar Barão Barcelos                | ( ) | Igreja Nª Sª da Penha           | ( ) |
| Fórum                               | ( ) | Igreja São Pedro                | ( ) |
| Indústria Thoquino                  | ( ) | Igreja Santo Amaro              | ( ) |
| Usina de Barcelos                   | ( ) | Fazenda Santa Maria             | ( ) |

**P.C.5** – Quais destes lugares você considera patrimônio cultural de São João da Barra?

Casa de Câmara e Cadeia	( )	Sesc Mineiro de Grussaí	( )
Palácio da Cultura - Carlos Martins	( )	Balneário de Atafona	( )
Centro de Cultura - Nacisa Amália	( )	Igreja N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Boa Morte	( )
Cine - Teatro	( )	Igreja Martins São João Batista	( )
Estação das Artes - Derly Machado	( )	Igreja São Benedito	( )
Solar Barão Barcelos	( )	Igreja N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Penha	( )
Fórum	( )	Igreja São Pedro	( )
Indústria Thoquino	( )	Igreja Santo Amaro	( )
Usina de Barcelos	( )	Fazenda Santa Maria	( )

**P.C.6** – Dos bens culturais que você disse conhecer, quais deles vocês já visitou?

1. Todos( ) 2. Mais de dez(10)( ) 3. Menos de dez (10)( )  
4. Menos ou cinco (5)( ) 5. Nem um( )

**P.C.7** – O que você conhece sobre estes bens?

1. História do prédio ( ) 2. História dos moradores ou frequentadores ( )  
3. Origem da Construção ( ) 4. Apenas conhecer de ouvir falar ( )

**P.C.8** – Você acha importante cuidar destes bens culturais?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C.9** – Em sua opinião quem deve cuidar dos bens culturais?

1. Poder Federal( ) 2. Poder Estadual( ) 3. Poder Municipal( )  
4. A Sociedade( ) 5. O Proprietário

**P.C.10** – Você está satisfeito com a preservação do patrimônio cultural de São João da Barra?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C. 11** – Você se lembra de alguma obra em algum destes bens culturais?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C.12** – Numa escala de tempo, isso foi a:

1. Dez (10) anos( ) 2. Cinco (5) anos( ) 3. Dois (2) anos  
4. Um (1) ano 5. Não se lembrar( )

**P.C.13** – Em sua opinião preservar o patrimônio cultural contribui de alguma forma para a valorização da cidade?

1. Sim( ) 2. Não( )

**P.C.14** – O que esta preservação significa para quem mora aqui em São João da Barra?

---



---



---

**P.C.15** – O que você, enquanto representante do poder legislativo, tem feito pelo patrimônio cultural de São João da Barra?

Leis (quais) \_\_\_\_\_; Encontro (nome) \_\_\_\_\_;

Debate (nome) \_\_\_\_\_; Conferencia (nome) \_\_\_\_\_;

Edital (nome) \_\_\_\_\_; Concurso (nome) \_\_\_\_\_;

**P.C.16** – Você conhece alguma lei de proteção do patrimônio cultural de São João da Barra?

1. Plano Direto( )
2. Lei Orgânica( )
3. IPTU( )
4. ISS( )
5. Tombamento municipal( )
6. Tombamento( )